



23 DE AGOSTO DE 2017

Quarta-feira

- DADOS POSITIVOS AINDA NÃO EVITAM SINAIS DE PREOCUPAÇÃO
- INDICADOR DA CNI MOSTRA ESTABILIDADE NA PRODUÇÃO INDUSTRIAL E MELHORA NO EMPREGO
- REDE SINDICAL DA INDÚSTRIA DEBATE MODERNIZAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO COM 1,2 MIL ENTIDADES E EMPRESAS DO SETOR
- FIESP E CENTRAIS SINDICAIS DISCUTEM PROPOSTA PARA AMPLIAR SEGURO-DESEMPREGO
- ARTIGO: DESEMPREGO É O MAIS CRUEL DESPERDÍCIO COMETIDO POR QUALQUER SOCIEDADE
- PROGRAMA DE INCENTIVO À EXPORTAÇÃO PODE SOFRER MUDANÇAS, DIZ TEMER
- PIB DA CONSTRUÇÃO DEVE CAIR PELO 4º ANO SEGUIDO EM 2017, VÊ SINDUSCON-SP
- CURITIBA É VICE-CAMPEÃ DE INFLAÇÃO, SEGUNDO IPCA-15´P
- DÍVIDAS NO PARANÁ CAÍRAM 7,19% EM JULHO
- COOPERATIVAS DO PARANÁ TÊM META DE FATURAR R\$ 100 BILHÕES
- COMO GANHAR COM POSIÇÕES COMPRADAS E VENDIDAS EM AÇÕES?
- MINUTA DA REFORMA TRIBUTÁRIA EXTINGUE DEZ IMPOSTOS E CRIA TRIBUTO ÚNICO
- RELATOR DA REFORMA TRIBUTÁRIA APRESENTA OS PRINCIPAIS PONTOS DA PROPOSTA
- APÓS ACORDO, SESSÃO DA COMISSÃO MISTA SOBRE TLP SERÁ RETOMADA NESTA QUARTA-FEIRA
- BASE DEVE REJEITAR DECISÃO DE LINDBERGH SOBRE TLP, DIZ ANDRÉ MOURA

- 'QUEREMOS GARANTIR VOTAÇÃO DESSA MATÉRIA AINDA HOJE', DIZ JUCÁ SOBRE TLP
- SESSÃO DA COMISSÃO QUE VOTARÁ CRIAÇÃO DA TLP COMEÇA COM 'KIT OBSTRUÇÃO'
- SERRA DIZ QUE PROPOSTA DA TLP É INCONSTITUCIONAL E ELEVA TEMPERATURA NA COMISSÃO
- SETOR DE SERVIÇOS PRESSIONA CONTRA REFORMA DO PIS/COFINS
- STJ ADIA RETOMADA DE JULGAMENTO COBRANÇA DE PIS E COFINS SOBRE RECEITAS
- RELATOR NO CONGRESSO EXCLUI ANEEL DE MP DO REFIS DAS AUTARQUIAS
- BC: NOVO MARCO LEGAL VEM DE COMPROMISSO ASSUMIDO PELO BRASIL NO G-20
- S&P: VENDA DA ELETROBRAS É POSITIVA, MAS NÃO AFETA NOTA DO BRASIL
- SINDICATO QUER GREVE CONTRA PRIVATIZAÇÃO DA ELETROBRAS
- VENDA PODE REFORÇAR COFRES EM R\$ 17 BI
- EMPREGADOS DA ELETROBRAS DISCUTEM POSSÍVEL PARALISAÇÃO CONTRA PRIVATIZAÇÃO
- LICENCIAMENTO AMBIENTAL E ENERGIA FORAM DEBATIDOS EM REUNIÃO DO CONSELHO DE MEIO AMBIENTE DA CNI
- AO LADO DE TEMER, PRESIDENTE DO INSTITUTO AÇOBRASIL FAZ CRÍTICAS AO GOVERNO
- DISTRIBUIDORES DE AÇO PLANO VEEM ESTABILIDADE EM PREÇOS DE USINAS APÓS RODADA DE AUMENTOS
- GATILHO PARA TAXAR ETANOL IMPORTADO GERA IMPASSE ANTES DE REUNIÃO DA CAMEX, DIZ FONTE
- SETOR DE DISTRIBUIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS APRESENTA PROJETO CONTRA SONEGAÇÃO
- METALÚRGICA GERDAU ADQUIRE 80,35% DAS AÇÕES ON DA GERDAU EM OPA
- COM 33,2 MIL VEÍCULOS FORAM FINANCIADOS, PARANÁ É LÍDER NO SUL
- FORD E CHINESA ZOTYE AUTO PLANEJAM PARCERIA PARA MONTAR VEÍCULO ELÉTRICO
- AUTOPEÇAS: LOCALIZAR DEPENDE DE MAIOR VOLUME
- VENDA DE VEÍCULOS VAI PATINAR POR 2 A 3 ANOS
- BRASIL E MÉXICO PODEM TROCAR MAIS, DIZ DELOITTE

- CAMINHÕES TOMAM RUMO DE CRESCIMENTO
- SINDIPEÇAS VÊ COM CAUTELA INDICADORES ECONÔMICOS
- CARRO BRASILEIRO GANHA MAIS CONTEÚDO
- VEÍCULOS LEVES SÓ VOLTAM AO PICO EM 2024
- ROTA 2030 TAMBÉM TERÁ METAS DE CURTO PRAZO

CÂMBIO EM 23/08/2017		
	Compra	Venda
Dólar	3,151	3,151
Euro	3,718	3,720

Fonte: BACEN

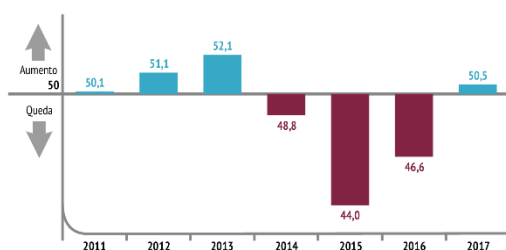
Dados positivos ainda não evitam sinais de preocupação

23/08/2017 – Fonte: CNI

O índice de evolução da produção passou para valor acima da linha divisória e o índice de número de empregados se aproximou dessa linha. Mas os resultados de julho também trazem alguns alertas. Os estoques, que vinham ajustados desde 2016, mostram agora algum excesso, e a ociosidade permanece elevada.

Evolução da produção nos meses de julho (2011-2017)
Índice de difusão (I a 100)*

* Valores acima de 50 pontos indicam crescimento da produção frente ao mês anterior.



Julho/2017

Indicador da CNI mostra estabilidade na produção industrial e melhora no emprego

23/08/2017 – Fonte: Bem Paraná

O índice de evolução da produção industrial do país subiu para 50,5 pontos em julho e ficou acima da linha dos 50 pontos. Segundo a CNI (Confederação Nacional da Indústria), o resultado indica estabilidade.

O índice de evolução do número de empregados alcançou 48,2 pontos. Embora ainda indique retração no emprego, o índice é o maior desde março de 2014, informa a Sondagem Industrial, divulgada nesta terça (22), pela CNI. Os indicadores da pesquisa variam de zero a 100 pontos.

Quando ficam abaixo dos 50 pontos mostram queda na produção e no emprego. As informações são da Agência Brasil. O levantamento mostra também que as grandes empresas registraram aumento da produção. Na indústria de grande porte, o indicador de evolução da produção subiu para 53,3 pontos. Já o índice de evolução do número de empregados alcançou 49,5 pontos.

“A CNI observa, no entanto, que há dados negativos em julho: há um pequeno excesso de estoques e a ociosidade continua elevada. O índice de evolução de estoques em relação ao planejado ficou em 51 pontos, o maior valor desde dezembro de 2015”, diz o estudo.

O indicador varia de zero a cem pontos. Quando está acima dos 50 pontos mostra que os estoques estão acima do planejado pelas empresas. O indicador de utilização da capacidade instalada ficou em 65%, o mesmo percentual registrado em julho de 2016. Apesar disso, segundo a CNI, os empresários mantêm as perspectivas favoráveis para os próximos seis meses e esperam o aumento da demanda, da compra de matérias-primas e das exportações. “O indicador de expectativas de demanda, por exemplo, aumentou para 56,4 pontos e atingiu o maior valor desde abril de 2014”.

A entidade destaca que a boa notícia é que, depois de 27 meses, a indústria espera encerrar as demissões. “O indicador de expectativa em relação ao número de empregados subiu para 49,4 pontos em agosto e ficou muito próximo da linha divisória dos 50 pontos, mostrando que as perspectivas em relação ao emprego melhoraram”.

Com isso, os empresários estão mais propensos a investir, diz o levantamento. Já o índice de intenção de investimento cresceu 1,3 ponto em agosto e alcançou 47,9 pontos, o maior valor desde março de 2015. O indicador varia de zero a cem pontos.

Quanto maior o índice, maior a propensão para investir na indústria. A Sondagem Industrial divulgada nesta terça-feira pela CNI foi feita de 1º a 10 de agosto com 2.930 empresas industriais de todo o país. Dessas, 994 são pequenas, 865 são médias e 531 são de grande porte.

Rede Sindical da Indústria debate modernização das leis do trabalho com 1,2 mil entidades e empresas do setor

23/08/2017 – Fonte: CNI

Em videoconferência com sua base, CNI apresentou e debateu os principais pontos da Lei nº 13.467/17, os desafios de sua aplicação e seus efeitos para a melhora do ambiente de negócios do país

Especialistas da CNI fizeram um balanço positivo e esclareceram os principais pontos da nova lei



A modernização das leis do trabalho e seus efeitos no dia a dia da indústria e de seus trabalhadores mobilizou entidades e gestores do setor de todo país, nesta segunda-feira (21).

Em videoconferência transmitida para federações estaduais, sindicatos e empresas, além de 83 escritórios regionais, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) apresentou os principais pontos da Lei nº 13.467/2017, que entra em vigor em

novembro, e debateu a expectativa de melhora do ambiente de negócios do país e os desafios de sua aplicação.

Iniciativa do Programa de Desenvolvimento Associativo (PDA), em parceria com as federações estaduais, o 2º *Diálogo da Rede Sindical da Indústria* traçou um comparativo entre as regras antes e depois da aprovação da nova lei, que, dentre os 922 artigos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), publicada em 1943, alterou 54, criou 43, e revogou nove, num total de 106 dispositivos.

“Há muita desinformação, por isso é preciso entender a aplicação adequada da nova lei”, ressaltou a diretora de Relações Institucionais da CNI, Mônica Messenberg.

AÇÃO INTEGRADA – O presidente do Conselho de Relações do Trabalho da CNI, Alexandre Furlan, destacou a importância de qualificar o debate acerca dos efeitos da lei sobre as relações do trabalho. Ele lembrou que a discussão sobre a necessidade de atualização das leis do trabalho é antiga, não se tratando de uma agenda de crise e que é preciso explicar à sociedade que a lei aprovada pelo Congresso Nacional, em julho, não tirou ou reduziu qualquer direito do trabalhador resguardado na Constituição Federal.

Segundo Furlan, a nova lei dá parâmetros mais claros sobre o que pode ou não ser negociado entre empresas e trabalhadores, representados por seus sindicatos. Mas ressaltou que é preciso que a indústria aplique as novas regras de forma harmônica e uniforme, de modo a contribuir para sua melhor interpretação pela Justiça do Trabalho. “A lei é um grande avanço, construída após anos de debate, e nós devemos aplicá-la, sempre, da forma mais responsável”, destacou.

VALORIZAÇÃO DO DIÁLOGO – Entre as inovações da nova lei, foi destacada a valorização da negociação coletiva, à luz do que preconizam a Constituição, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) e convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Além de estabelecer uma lista de condições e rotinas que podem ser negociadas e definir um universo de direitos que não podem ser reduzidos ou suprimidos, a Lei nº 13.467/17 tem o mérito de dar segurança aos instrumentos coletivos.

Assim, ao prestigiar o diálogo, a expectativa é de que empresas e seus empregados, representados por seus sindicatos, encontrem soluções compatíveis com a realidade em que a empresa esteja inserida. Por exemplo, um acordo coletivo abrangendo uma categoria em um grande centro urbano terá cláusulas que reflitam necessidades daquela realidade específica. “A nova lei dá balizas à negociação, conferindo maior segurança aos instrumentos coletivos”, analisou a gerente-executiva de Relações do Trabalho da CNI, Sylvia Lorena.

Fiesp e centrais sindicais discutem proposta para ampliar seguro-desemprego

23/08/2017 – Fonte: Tribuna PR

Centrais sindicais e entidades patronais estiveram reunidas nesta terça-feira, 22, na sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) para alinhar uma pauta conjunta a ser apresentada em audiência marcada para o dia 12 de setembro com o presidente Michel Temer (PMDB).

O objetivo foi discutir propostas para a recuperação da economia, dos empregos e da renda, o que inclui a retomada das obras de infraestrutura, simplificação tributária e facilitação das exportações.

Uma das alternativas discutidas e que devem ser levadas a Temer é a ampliação em dois meses do prazo do pagamento de seguro-desemprego a desempregados, o que,

apesar da grave situação fiscal do País, foi citada como medida de incentivo ao consumo.

João Carlos Gonçalves, o Juruna, secretário-geral da Força Sindical, saiu da reunião defendendo a leniência de empreiteiras enredadas pela operação Lava Jato, de forma a permitir a volta de obras que estão paradas por conta das dificuldades financeiras ou de financiamento das construtoras. "Fechar as empresas é prejudicar os trabalhadores", comentou Juruna, acrescentando que construtoras como a Odebrecht devem assumir suas dívidas, demitir diretores envolvidos em fraude, mas não interromper as operações.

Mais tarde, o presidente da Fiesp, Paulo Skaf, disse que a ideia de destravar as obras foi debatida entre os pontos emergenciais à recuperação econômica, mas negou que os participantes da reunião tenham discutido o perdão a grupos que se envolveram em corrupção.

"Não fizemos aqui nenhuma análise e nem caberia a nós fazer análise sobre a Lava Jato. O fato é que onde há obra parada tem que retomar essa obra", afirmou Skaf. "Quando você tem uma obra parada ela vai se deteriorando. Quando tem que retomá-la, você tem que gastar quase tudo de novo para retomar o que perdeu. Você deixa de empregar e gerar o resultado dessa obra para a sociedade."

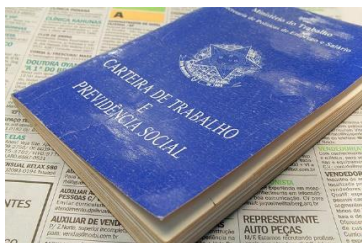
O presidente da Fiesp confirmou, porém, a ideia de propor a Temer a ampliação de cinco para sete meses do prazo de seguro-desemprego como saída para ajudar o País a retomar no curto prazo o caminho do crescimento.

Segundo Juruna, da Força Sindical, embora o governo enfrente uma situação fiscal crítica, o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) deve ser usado em apoio aos desempregados em momentos de crise como o atual.

A audiência das entidades patronais e sindicais com Temer no Palácio do Planalto deve acontecer às 11h30 do próximo dia 12, após a volta do presidente da viagem oficial à China. Na reunião desta terça na Fiesp, participaram, além da Força Sindical e empresários, representantes da UGT, Nova Central, CTB e CSB. A CUT não teve representantes no encontro.

Artigo: Desemprego é o mais cruel desperdício cometido por qualquer sociedade

23/08/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo



É cada vez mais difícil negar que, no meio de uma tempestade perfeita, Temer tem conseguido, a duras penas, fazer funcionar uma enfraquecida coordenação política. Por outro lado, a sua equipe econômica, sob fogo mais amigo do que inimigo, está administrando a geringonça "brasileira". Há uma sensível melhora nos indicadores macroeconômicos quando comparamos 2016 com 2017, que está praticamente fechado.

Acumulam-se informações que mostram que, lentamente e já no segundo trimestre de 2017, vamos crescendo. A indústria dá sinais aleatórios, os serviços parecem

engrenados e o desemprego começa a ser absorvido. De qualquer forma, quando o IBGE nos informa que além dos 13,5 milhões de desempregados existem 6 milhões de subempregados, temos uma ideia do desastre provocado pelo "voluntarismo econômico" que comandou a política econômica e social a partir de 2012.

O desemprego é o mais cruel desperdício cometido por qualquer sociedade. Aumenta e dá visibilidade à desigualdade, que é um corrosivo para a sua solidariedade, sem a qual sua administração é muito difícil.

Deveria ser evidente para gregos e troianos que "reformas", particularmente a da Previdência Social, são indispensáveis para, junto com algum desenvolvimento, combater o desemprego e tornar realmente possível o restabelecimento do relativo equilíbrio fiscal, com a redução gradual da relação dívida bruta/PIB.

É preciso trazê-la para níveis que permitam compensar eventuais quedas da demanda privada, o que só pode ser feito quando o nível da taxa de juro real for pouco sensível ao aumento da relação dívida/PIB, como em 2009, quando havíamos reduzido a relação de 76% (no final do governo FHC) para 61% em 2008 (no segundo mandato de Lula).

O quadro econômico continua grave e preocupante, mas dá sinais de que melhora. A maior tragédia nacional, hoje, é o comportamento irresponsável e mesquinho de uma parte do Congresso Nacional, que, em pânico, revela a mais completa alienação com relação aos problemas da sociedade e está preocupada apenas em salvar o próprio umbigo...

A ridícula reação às medidas de controle de gastos, o comportamento oportunista e a manifesta incapacidade de organizar-se para promover a mais importante das reformas no longo prazo —a política— sugere que, de onde nada se espera, não sairá nada mesmo...

(Antonio Delfim Netto- Ex-ministro da Fazenda (governos Costa e Silva e Médici), é economista e ex-deputado federal).

Programa de incentivo à exportação pode sofrer mudanças, diz Temer

23/08/2017 – Fonte: Bem Paraná

O presidente Michel Temer reconheceu nesta terça-feira (22) que a equipe econômica pode fazer alterações no programa Reintegra, de incentivo à exportação. Na semana passada, a equipe econômica decidiu manter o limite de isenção sobre o faturamento, que seria elevado de 2% para 3% em 2018, o que gerará mais R\$ 2,6 bilhões.

Na abertura do Congresso AçoBrasil, o peemedebista disse que está providenciando uma conversa do setor de metais com a equipe econômica para "ver se é possível alguma modificação". "As dificuldades atuais são muitas e a primeira ideia era até eliminar os 2%, mas prevaleceu a sua permanência." Ele não detalhou que alterações podem ser feitas, mas defendeu que o setor não pode ser prejudicado pelo mercado internacional, sobretudo pela China.

A uma semana de visita oficial ao país, onde acontece reunião do Brics, o peemedebista disse que manifestará ao governo chinês a avaliação de que a sua ação internacional não pode prejudicar o mercado brasileiro. "Eu carregarei na bagagem essa manifestação e preocupação que eu ouvi aqui. A China tem sido um parceiro extraordinário, mas irei salientar que a ação internacional da China na venda do aço não pode nos prejudicar", disse.

O presidente considerou que o setor siderúrgico atravessa por uma crise, tendo perdido ao longo do tempo empregos para o mercado internacional. "Os nossos

diplomatas estão instruídos a tratar do tema de forma prioritária", disse o presidente nesta terça-feira (22).

PIB da construção deve cair pelo 4º ano seguido em 2017, vê Sinduscon-SP

23/08/2017 – Fonte: Reuters

O Produto Interno Bruto (PIB) da indústria de construção civil deve cair pelo quarto ano consecutivo em 2017, disse nesta terça-feira o Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo (Sinduscon-SP).

A entidade piorou a estimativa para o PIB do setor neste ano, passando a prever uma contração de 3,5 por cento, ante expectativa de crescimento de 0,5 por cento. Se confirmada a projeção, a queda acumulada será de mais de 16 por cento desde 2014, alertou o Sinduscon-SP.

"Estamos retrocedendo e a caminho acelerado na direção de uma indústria precária, com uma produção baixa e investimentos em tecnologia restritos a um pequeno grupo de empresas", disse o vice-presidente de Economia do SindusCon-SP, Eduardo Zaidan, em nota.

A indústria de construção civil empregava 2,45 milhões de pessoas em julho e a expectativa do Sinduscon-SP é de que o estoque de trabalhadores caia a 2,26 milhões até o fim do ano.

Segundo cálculos do sindicato em parceria com a Fundação Getulio Vargas, a economia brasileira precisa crescer pelo menos 3,5 por cento ao ano nos próximos cinco anos para que o setor volte ao nível de atividade de 2013, ano que antecedeu a crise.

Curitiba é vice-campeã de inflação, segundo IPCA-15

23/08/2017 – Fonte: Bem Paraná



O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15) teve variação de 0,35% em agosto, o segundo maior resultado do ano, ficando atrás apenas do mês de fevereiro (0,54%), e bem acima da taxa de -0,18% de julho. Desse modo, o resultado no ano foi para 1,79%, menor variação acumulada até agosto desde a implantação do Plano Real. Em igual período do ano anterior, o resultado havia sido de 5,66%.

Considerando os últimos doze meses, o índice desceu para 2,68%, resultado inferior aos 2,78% registrados nos 12 meses imediatamente anteriores, constituindo a menor variação acumulada em períodos de 12 meses desde março de 1999 (2,64%). Em agosto de 2016, a taxa foi 0,45%.

Curitiba é segunda capital com maior índice de inflação no mês de agosto, 0,57%, perdendo somente para Salvador, que registrou 0,59%. No acumulado do ano, a capital paranaense também apresenta o segundo maior índice, 2,10%, perdendo somente para Recife, que teve 2,92%. Os dados foram divulgados nesta terça-feira (23) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Os grupos Transportes (1,35%) e Habitação (1,01%) apresentaram os maiores impactos no índice do mês: 0,24 ponto percentual (p.p.) e 0,15 p.p., respectivamente.

Os combustíveis (5,96%), que fazem parte do grupo Transportes, representaram a maior contribuição individual no mês (0,28 p.p.). Isso devido ao preço da gasolina, que ficou, em média, 6,43% mais caro de um mês para o outro e do etanol, que subiu 5,36%. Além disso, foi apropriada parcela ainda não incorporada relativa ao reajuste de 16,61% nas passagens dos ônibus intermunicipais da região metropolitana de Belém (6,63%), em vigor desde 7 de abril. Pelo lado das quedas, as passagens aéreas apresentaram recuo de 15,00%.

No grupo Habitação, o destaque ficou com a energia elétrica (4,27%), em razão da entrada em vigor da bandeira tarifária vermelha – a partir de 1º de agosto – considerando a cobrança adicional de R\$ 0,03 a cada quilowatt-hora (kwh) consumido. Acrescente-se, ainda, o reajuste de 5,15%, vigente desde 4 de julho, em uma das concessionárias de São Paulo (6,92%), e de 6,87% em Belém (6,42%), em vigor desde 7 de agosto.

No lado das quedas, o grupo Alimentação e bebidas, que tem participação de 25% na despesa das famílias, apresentou variação de -0,65%, exercendo o mais intenso impacto negativo, de -0,16 p.p. Este é o terceiro mês consecutivo que o grupo apresenta variação negativa na média geral de preços. Com exceção de Brasília (0,02%) e de Salvador (0,54%), as demais regiões pesquisadas apresentaram queda, indo desde -1,18% na região metropolitana de Porto Alegre até -0,04% na de Recife.

Os alimentos comprados para consumo em casa ficaram 1,17% mais baratos. O preço da maioria dos produtos ficou mais baixo de julho para agosto, com destaque para o feijão-carioca (-13,89%), a batata-inglesa (-13,06%), o leite longa vida (-3,86%), as frutas (-2,43%) e as carnes (-1,37%).

A cebola e o tomate sobressaíram no lado das altas com 14,28% e 14,03%, respectivamente. Já na alimentação fora de casa, a variação média foi de 0,32%, com as regiões apresentando resultados entre a queda de 0,99% registrada na região metropolitana de Belém até a alta de 1,63% da região metropolitana de Salvador.

Nos índices regionais, somente as regiões metropolitanas de Fortaleza (-0,02%) e do Rio de Janeiro (-0,16%) apresentaram resultado negativo. No Rio de Janeiro, a queda foi impulsionada pelas carnes (-5,85%) e pelas passagens aéreas, mais baratas, em média, 18,95%. No lado das altas o destaque ficou com a região metropolitana de Salvador (0,59%) onde sobressaiu a alta nos combustíveis (13,28%), com os preços da gasolina subindo, em média, 15,67% e os do etanol, 8,24%.

Para o cálculo do IPCA-15 os preços foram coletados no período de 14 de julho a 15 de agosto de 2017 (referência) e comparados com aqueles vigentes de 14 de junho a 13 de julho de 2017 (base).

O indicador refere-se às famílias com rendimento de um a 40 salários mínimos e abrange as regiões metropolitanas do Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife, São Paulo, Belém, Fortaleza, Salvador e Curitiba, além de Brasília e Goiânia. A metodologia utilizada é a mesma do IPCA, a diferença está no período de coleta dos preços e na abrangência geográfica.

Dívidas no Paraná caíram 7,19% em julho

23/08/2017 – Fonte: Bem Paraná

O Paraná registrou redução de 7,19% no número de dívidas em julho na comparação com o mesmo mês do ano passado. O número segue caindo pelo 15º mês consecutivo. O dado foi divulgado nesta terça-feira (22) pela Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Paraná (Faciap), por meio da Base Centralizadora Faciap de Proteção ao Crédito (BCF), conveniada ao Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil).

A queda mais expressiva foi no setor de água e luz, em que a quantidade de pendências diminuiu 36,55%.

Na variação anual, também houve queda no Paraná em julho nas dívidas em atraso do comércio (- 8,91%); no setor de comunicação (- 5,49%); e no setor bancário (- 4,56%).

Na participação total de dívidas, água e luz correspondem a 3,05%; comércio, a 24,31%; comunicação a 18,07%; bancos a 44,64%; e 9,93% pertencem a outros segmentos.

Cooperativas do Paraná têm meta de faturar R\$ 100 bilhões

23/08/2017 – Fonte: Bem Paraná

Prospectar novos nichos de atuação, ampliar a presença no mercado, agregar valor aos produtos e abrir novas oportunidades de crescimento profissional aos seus colaboradores é o objetivo de qualquer empresa. E isso não é diferente quando se trata de cooperativas.

Pensando nesses objetivos, o Sistema Ocepar em parceria com a Partner Consulting vem realizando o PRC 100 (Paraná Cooperativo 100), um planejamento estratégico que visa, financeiramente, dobrar o faturamento das cooperativas paranaenses até 2020, chegando a R\$ 100 bilhões.

“A meta do planejamento é alcançar R\$ 100 bilhões em faturamento, e isso só poderá ser atingido se obtivermos bons resultados econômicos, acessando e ampliando mercados para nossos produtos e serviços. E para isso há uma série de desafios a serem superados”, ressalta o presidente do Sistema Ocepar, José Roberto Ricken. Fórum

Amanhã e sexta-feira, Curitiba recebe representantes de 10 países para o 5º Fórum de Agricultura da América do Sul. O evento ocorre no Museu Oscar Niemeyer (MON) e tem como tema “Sucessão, gestão e tecnologia. É o campo do futuro e em transformação”. A edição deste ano conta com o apoio político e institucional do Conselho Agropecuário do Sul (CAS).

Como ganhar com posições compradas e vendidas em ações?

23/08/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo

Os fundos multimercados da categoria Long and Short, segundo a Anbima, são aqueles que montam operações compradas e vendidas no mercado de renda variável, mantendo os recursos do fundo em aplicações de renda fixa de baixo risco. A definição pode até parecer confusa, mas esclareço tudo abaixo.

O fato de adotar posições compradas e vendidas dentro do mesmo fundo, permite aos fundos Long and Short ter duas fontes de rentabilidade, ou seja, uma possibilidade a mais de ganho em relação aos fundos de ações tradicionais, além de reduzir a volatilidade dos retornos.

Como pode ser observado no gráfico acima, enquanto nos últimos sete anos o Ibovespa praticamente não saiu do lugar, o investidor que optou por essa categoria de fundos multimercados teria mais que dobrado o capital investido.

Na maioria dos fundos de ações o gestor só tem uma fonte de ganho, que advém da valorização das ações que formam a carteira. Entretanto, com a dinâmica do mercado de ações, alguma destas pode subir além de seu preço justo, ou seja, se tornando

cara. No entanto, depois de se desfazer desta ação cara, o fundo não ganha com sua desvalorização.

Para ganhar com a queda das ações, o gestor precisa realizar a operação chamada de venda a descoberto, ou seja, vender sem possuir a ação. Para realizar esse procedimento de venda a descoberto, ele deve primeiro alugar as ações de outro investidor. De posse da ação alugada, o gestor pode vender essa ação no mercado.

Entretanto, como ele alugou a ação de outro investidor, ele vai precisar devolvê-la no futuro. Antes disso, o gestor espera as ações caírem para então recomprá-las por um preço inferior e em seguida as devolve ao investidor que era o dono original. Portanto, o lucro auferido será igual ao valor da venda menos o valor da compra.

Assim, os fundos Long and Short se propõem a ganhar com ações nas duas frentes, ou seja, com a alta e com a queda das ações. Para isso, o gestor compra (posição long) ações que estejam mais baratas e, ao mesmo tempo, vende (posição short) outras ações que de acordo com sua expectativa estão mais caras.

Por exemplo, suponha um gestor que acredite que as ações do Itaú (ITUB4) deveriam subir por estarem baratas e que as ações do Bradesco (BBDC4) deveriam cair por estarem caras. Esse gestor pode montar a seguinte posição:

- Vende a descoberto 600 ações do Bradesco (BBDC4) a R\$33,33/ ação, recebendo R\$20.000; e
 - Compra 500 ações do Itaú (ITUB4) a R\$40/ ação, pagando R\$20.000.
- Observe que com o valor proveniente da venda a descoberto de uma ação, o gestor compra a outra ação. Portanto, ele não usa o dinheiro investido no fundo que fica aplicado em investimentos de renda fixa de baixo risco, que se valorizam próximo da taxa do CDI.

Se o mercado de forma geral subir, as duas ações devem também subir, mas aquela ação que está mais barata deve subir ainda mais. Já no caso de desvalorização do mercado, as ações mais caras tendem a cair mais que as ações mais baratas, por exemplo, como nos dois cenários abaixo:

I – Cenário de valorização do mercado:

Ações do Bradesco sobem 6% e a posição vendida passa a valer R\$21.200,00;
Ações do Itaú sobem 10% e a posição comprada passa a valer R\$22.000,00.

Como o gestor estava comprado nas ações do Itaú e elas subiram, ele ganhou R\$2.000,00. No caso das ações do Bradesco, a posição vendida gerou uma perda de R\$1.200,00, pois as ações subiram. Entretanto, o resultado líquido foi um ganho positivo de R\$800,00.

II – Cenário de desvalorização do mercado:

Ações do Bradesco caem 8% e a posição vendida passa a valer R\$18.400,00;

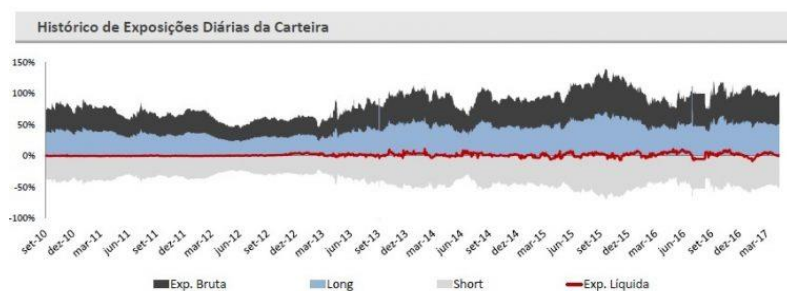
Ações do Itaú caem 5% e a posição comprada passa a valer R\$19.000,00.

O gestor perdeu R\$1.000,00 com a desvalorização do Itaú e ganhou R\$1.600,00 com a queda das ações do Bradesco, resultando em um ganho financeiro de R\$600.

Assim, o gestor poderia criar um portfólio que fica livre das flutuações do mercado como um todo e produz retornos para os investidores acima do CDI, independentemente da forma como o mercado se move. O fundo deveria render o CDI mais o ganho proveniente do diferencial de retorno das ações compradas menos vendidas, conforme no exemplo acima.

Essa posição pode ser visualizada no gráfico abaixo que apresenta a posição em ações do fundo XP Long Short ao longo do tempo. O fundo apresenta posições compradas e vendidas que se anulam, deixando a exposição líquida ao mercado de bolsa

praticamente em zero ao longo do tempo. A exposição bruta equivale a soma do valor absoluto das posições compradas e vendidas. Essa exposição bruta, pode chegar a mais de 100% do patrimônio do fundo, mostrando como o fundo pode alavancar os ganhos para o cotista.



Exposição do fundo XP Long Short ao longo do tempo. (Fonte: Material de divulgação do fundo)

Portanto, essa categoria de fundos multimercados é ideal para o investidor que deseja aplicar em ações, mas quer estar menos exposto à volatilidade do mercado acionário. Entretanto, o investidor deve estar atento na escolha de bons fundos.

Minuta da reforma tributária extingue dez impostos e cria tributo único

23/08/2017 – Fonte: Gazeta do Povo

Relator da proposta, deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR) diz que a ideia é simplificar o sistema, com o fim de impostos como IPI, ICMS e IOF, entre outros



Marcelo Andrade/Gazeta do Povo

Sem alterar a estrutura da tributação brasileira que cobra mais impostos sobre o consumo do que sobre a renda, a nova proposta de reforma tributária patrocinada pelo governo Michel Temer foi apresentada nesta terça-feira (22) na comissão especial da Câmara dos Deputados.

Chamada apenas de “simplificação tributária” pelo próprio Planalto, o principal efeito da proposta é unificar tributos atuais e criar uma plataforma eletrônica de recolhimento de novo tributos, reduzindo custos burocráticos para as empresas e combatendo a sonegação.

O relator da proposta, deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR), entregou a minuta do projeto de criação do Imposto de Valor Agregado (IVA) seguindo o modelo clássico europeu, que ocupará o lugar de uma série de tributos cobrados na produção e no consumo.

O IVA substituirá o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), o PIS, o Pasep, a Cofins, a Cide-Combustíveis – todos tributos federais –; o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), estadual, e o Imposto sobre Serviços (ISS), que é municipal. Além disso, o Salário-Educação seria extinto.

O novo tributo seria recolhido pelos estados, mas setores estratégicos teriam um IVA seletivo sob responsabilidade federal. Esse seria o caso do imposto cobrado nas áreas de energia elétrica, combustíveis e derivados, comunicação, minerais, transportes, cigarros, bebidas, veículos, eletrodomésticos, eletroeletrônicos, pneus e autopeças.

A proposta também prevê que a Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) seria absorvida pelo Imposto de Renda (IR) – ambos são impostos sobre os rendimentos. A tributação sobre propriedade e as contribuições para a Previdência não seriam alteradas.

“Ao simplificar o sistema, a arrecadação será preservada para a União, os estados e os municípios, enquanto o setor produtivo será estimulado. Haverá um choque positivo para a atividade econômica e para o emprego que são o que impulsiona as receitas”, defende Haully.

O relator prevê que o IVA para alimentos, remédios, exportações e máquinas e equipamentos seja zerado. Ainda assim, estima, a carga tributária geral da economia brasileira continuará nos atuais 35% do PIB. Segundo ele, é possível aprovar este ano a reforma e os 11 projetos de lei necessários para colocá-la de pé. “Há um consenso de que o país não pode continuar refém das receitas extraordinárias para fechar as contas todos os anos. Com a reforma, o PIB voltará a crescer”, completa.

Críticas

O ex-ministro da Fazenda no governo de José Sarney e consultor Mailson da Nóbrega concorda que a reforma tributária é a mais importante para elevar a produtividade, mas critica a proposta do governo.

“A reforma tributária é uma reforma microeconômica fundamental para aumentar a eficiência. Hoje, o sistema tributário é o principal inibidor da expansão da economia brasileira. Além disso, nós precisamos de uma reforma tributária digna desse nome. Não é a reforma que o governo está falando”, avalia.

O advogado tributarista Matheus Bueno de Oliveira, sócio do PVG Advogados, acredita que a proposta tem o mérito de ser abrangente e incluir todos os entes na discussão. “De fundo, tem um discurso coerente de simplificação, que reduzirá a energia que gastamos com as questões tributárias.”

Oliveira destaca a necessidade de uma regra de transição, como na proposta de Haully, que prevê cinco anos para a entrada total em vigor das mudanças. Apesar dos pontos positivos, ele acredita que a reforma terá tramitação difícil e demorada. “O timing não é perfeito, principalmente porque tem muitas outras propostas em andamento que serão prioridades.”

Relator da reforma tributária apresenta os principais pontos da proposta

23/08/2017 – Fonte: Senado Notícias

O deputado Luiz Carlos Haully (PSDB-PR) apresentou nesta terça-feira (22) uma minuta de sua proposta para reforma tributária, que está sendo discutida em comissão especial da Câmara dos Deputados.

A intenção é aprovar uma proposta de emenda à Constituição (PEC) nos próximos meses, a fim de reestruturar o sistema tributário brasileiro.

Relator da proposta, Haully vem discutindo o tema desde fevereiro. Ele disse que a ideia é simplificar o atual sistema, permitindo a unificação de tributos sobre o consumo e, ao mesmo tempo, reduzindo o impacto sobre os mais pobres.

Outro objetivo é aumentar gradativamente os impostos sobre a renda e sobre o patrimônio e melhorar a eficácia da arrecadação, com menos burocracia.

Haully disse ainda que as mudanças visam a uma “reengenharia” do sistema tributário, com impacto até maior do que o ocorrido com o Plano Real (1994). “Isso vai representar mais da metade da solução da economia brasileira. Se o Brasil não crescer, não haverá receita”, afirmou.

Neste primeiro momento, a minuta contempla apenas alterações constitucionais. Uma vez aprovada a proposta de alteração da Constituição, ele calcula que seriam necessários de 10 a 11 projetos para regulamentar o novo sistema tributário.

AS SUGESTÕES EM DEBATE

Extinção de tributos

- IPI, IOF, CSLL, PIS, Pasep, Cofins, Salário-Educação, CideCombustíveis (federais); ICMS (estadual); e ISS (municipal)

Criação de tributos

- Imposto sobre Operações com Bens e Serviços (IBS), nos moldes de um imposto sobre valor agregado, e Imposto Seletivo, cobrado somente sobre determinados produtos

Nova repartição

- **União:** Imposto de Renda (com CSLL), Imposto Seletivo, ITR, ITCMD e contribuição previdenciária
- **Estados:** IBS (que incluirá PIS, Pasep, Cofins, IPI, IOF, Cide-Combustíveis, ICMS e ISS, exceto em relação às bases tributadas pelo Imposto Seletivo federal), IPVA e contribuição previdenciária
- **Municípios:** IPTU, ITBI, contribuições previdenciária e de iluminação

Extinção de tributos

A minuta delinea as mudanças, que incluem a extinção de 10 tributos (IPI, IOF, CSLL, PIS/Pasep, Cofins, Salário-Educação, Cide-Combustíveis, todos federais, ICMS estadual e o Imposto sobre Serviços (ISS municipal)). No lugar deles seria criado um imposto sobre o valor agregado de competência estadual, chamado de Imposto sobre Operações com Bens e Serviços (IBS), e um imposto sobre bens e serviços específicos (Imposto Seletivo), de competência federal.

O IBS seria criado nos moldes do que existe em países industrializados, e sem tributar medicamentos e alimentos. Como será de competência estadual, mas com uma única legislação federal, o deputado propõe que a arrecadação seja administrada por uma associação de fiscos estaduais.

Haully afirmou que o IBS, que será cobrado no destino da mercadoria ou serviço, redireciona a economia para “trilhos já testados”. “Não criei nada, não inventei nada”, afirmou.

Seletivo

O Imposto Seletivo incidirá sobre produtos específicos, como petróleo e derivados; combustíveis e lubrificantes; cigarros; energia elétrica e serviços de telecomunicações. Segundo Haully, uma lei complementar definirá quais os produtos e serviços estarão incluídos no Imposto Seletivo. Sobre os demais produtos, incidirá o IBS estadual.

O Imposto de Renda (IR) é mantido na minuta na esfera federal, bem como o ITR, que onera a propriedade rural. Haully afirmou que o IR vai incorporar a CSLL, e por isso terá suas alíquotas ampliadas.

Além da fusão ou extinção de tributos, a minuta altera as competências tributárias da União, estados, Distrito Federal e municípios (veja tabela).

Para evitar perdas de arrecadação para alguns entes federados, Haully propõe a criação de dois fundos, que vão compensar eventuais disparidades da receita per capita entre estados e entre municípios.

Durante a reunião, o presidente da comissão especial, deputado Hildo Rocha (PMDB-MA), anunciou que o colegiado está aberto à discussão. Um e-mail (ce.reformatributaria@camara.leg.br) foi disponibilizado para receber sugestões da sociedade nos próximos 15 dias.

Após acordo, sessão da comissão mista sobre TLP será retomada nesta quarta-feira

23/08/2017 – Fonte: Tribuna PR

Depois da confusão gerada pelo encerramento da sessão da comissão mista que votaria a Medida Provisória (MP) 777, que cria a Taxa de Longo Prazo (TLP), a base aliada do governo selou nesta terça-feira, 22, um acordo para retomar os trabalhos do colegiado na quarta-feira (23), às 9h.

A expectativa, segundo o líder do governo no Congresso, André Moura (PSC-SE), é aprovar a matéria na comissão especial e já levá-la para o plenário da Câmara dos Deputados para votação.

O governo corre contra o tempo para aprovar a TLP, que balizará os empréstimos do BNDES e reduzirá os subsídios bancados pelo Tesouro Nacional. A MP precisa ser votada até 6 de setembro para que não caduque, e o ocorrido hoje apenas adicionou tensão à tramitação da proposta.

Contrário à medida, o presidente da comissão mista da TLP, senador Lindbergh Farias (PT-RJ), encerrou a sessão desta terça de forma unilateral depois de acatar questão de ordem do senador José Serra (PSDB-SP) questionando a constitucionalidade da proposta. Ele chegou a determinar que o governo e o relator, deputado Betinho Gomes (PSDB-PE), apresentassem estimativas de impacto orçamentário e financeiro da mudança na taxa de juros do BNDES dentro de uma semana.

Nova reunião ocorreria somente na próxima terça-feira (29), já próximo do fim do prazo de tramitação da MP.

“Lindbergh reconheceu que errou e agiu de forma ditatorial”, afirmou André Moura. O líder do governo no Congresso, porém, alertou que a base estará atenta para novas investidas da oposição. “Se amanhã (quarta) às 9h Lindbergh não abrir a sessão, vamos trocar o presidente (da comissão). Só não trocamos hoje (terça) porque Lindbergh concordou em fazer nova sessão amanhã (quarta)”, afirmou.

O relator Betinho Gomes, que deu parecer favorável à proposta do governo, disse que Lindbergh foi “autoritário”, deu uma “rasteira” nos parlamentares e “armou uma arapuca” para atrapalhar os trabalhos da comissão. Era uma referência à própria afirmação do senador petista de que tinha recebido com antecedência a questão de ordem de Serra e já havia formulado resposta. Lindbergh já vinha sendo acusado pela base usar sua posição de presidente do colegiado para obstruir a tramitação.

“A partir de agora, vamos endurecer com a oposição nos casos de relatoria e presidência de comissão”, alertou o líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-

RR). Mais cedo, ainda em meio ao bate-boca, Jucá assegurou aos integrantes da oposição a determinação do governo em aprovar a MP da TLP dentro do prazo. "Não tem o menor perigo de vocês ganharem no grito", disse, apontando para o deputado Afonso Florence (PT-BA).

Lindbergh tomou a decisão de encerrar a sessão após questão de ordem de Serra, que acusou o governo de não ter incluído previsões de impacto orçamentário e financeiro da medida. Isso, segundo ele, infringe a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). "Acho que cabe refazer o projeto para incluir previsões de impacto orçamentário. Essa é uma questão profunda e que não deveria ser tratada por Medida Provisória", disse Serra. O senador tucano foi contestado pelo relator, que disse que a proposta foi analisada por consultores "independentes".

Parlamentares governistas também disseram que, como a TLP vai retirar subsídios, não há que se falar em aumento de despesa.

Mesmo assim, Lindbergh acatou a questão de ordem e disse que a proposta do governo infringe não só a LRF, mas também o artigo 113 do dispositivo constitucional que instituiu o teto de gastos, que determina a apresentação das estimativas. "Não há na exposição de motivos menção a previsão orçamentária para equalização de juros. Isso contraria a LRF, que diz que ação que aumente despesa deve acompanhar previsão de impacto. A proposta tem que dizer que aumento da despesa é compatível com LRF e LDO", afirmou.

Lindbergh disse ainda que o relator rejeitou emenda que poderia sanar o problema e que o parecer tampouco trouxe tais estimativas. "Não ficou comprovado que a MP 777 não afetará metas fiscais", afirmou. Depois da confusão, o senador petista disse a jornalistas que o governo e o relator "erraram". "Não estou preocupado com o mercado, estou preocupado com o povo", disparou.

Retomada

A base ainda tentou retomar a sessão da comissão mista por meio de autoconvocação dos membros. A ideia era que o senador com maior número de mandatos, Benedito de Lira (PP-AL), conduzisse a retomada dos trabalhos para que o colegiado pudesse eleger um vice-presidente e, assim, votar a proposta sem depender de Lindbergh. Lira chegou a sentar na cadeira de presidente da comissão, mas a ideia acabou sendo deixada de lado após o acordo para nova sessão na quarta-feira, que foi selado junto ao presidente do Congresso Nacional, senador Eunício Oliveira (PMDB-CE).

Os parlamentares recorreram a Eunício na esperança de que o presidente do Congresso destituísse Lindbergh do comando da comissão mista ainda nesta terça e designasse um presidente "equilibrado" para conduzir o restante dos trabalhos, mas optou-se primeiramente por uma solução mais conciliatória.

Diante do vaivém, representantes da equipe econômica que acompanhavam os trabalhos diretamente na comissão tentavam entender a confusão. O secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Fábio Kanczuk, o chefe da assessoria especial para Reformas Microeconômicas, João Manoel de Pinho Mello, e o diretor de Assuntos Internacionais do Banco Central, Tiago Berriel, chegaram a deixar o plenário da comissão, mas voltaram apressados diante da possibilidade de retomar os trabalhos ainda nesta terça-feira – o que acabou não ocorrendo. Nenhum deles quis comentar o ocorrido na comissão.

Base deve rejeitar decisão de Lindbergh sobre TLP, diz André Moura

23/08/2017 – Fonte: Tribuna PR

A reunião desta quarta-feira, 23, da comissão mista que analisa a criação da Taxa de Longo Prazo (TLP), marcada para 9h, deve começar com a base rejeitando a decisão

do presidente do colegiado, senador Lindbergh Farias (PT-RJ), de acatar a questão de ordem do senador José Serra (PSDB-SP) de determinar ao governo e ao relator da matéria, deputado Betinho Gomes (PSDB-PE), a apresentação de estimativas de impacto da proposta sobre a despesa.

“A comissão tem que votar a decisão de Lindbergh sobre a questão de ordem de Serra, e ela será rejeitada”, disse o líder do governo no Congresso, deputado André Moura (PSC-SE).

O senador petista é contrário à criação da TLP e, como presidente da comissão mista, tomou a decisão de encerrar a sessão após questão de ordem de Serra, que acusou o governo de não ter incluído previsões de impacto orçamentário e financeiro da medida. Isso, segundo ele, infringe a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). O senador tucano foi contestado por relator, que disse que a proposta foi analisada por consultores “independentes”. Parlamentares governistas também disseram que, como a TLP vai retirar subsídios, não há que se falar em aumento de despesa.

Mesmo assim, Lindbergh acatou a questão de ordem e disse que a proposta do governo infringe não só a LRF, mas também o artigo 113 do dispositivo constitucional que instituiu o teto de gastos, que determina a apresentação das estimativas.

“Não há na exposição de motivos menção a previsão orçamentária para equalização de juros. Isso contraria a LRF, que diz que ação que aumente despesa deve acompanhar previsão de impacto. A proposta tem que dizer que aumento da despesa é compatível com LRF e LDO”, afirmou.

O governo corre contra o tempo para aprovar a TLP, que balizará os empréstimos do BNDES e reduzirá os subsídios bancados pelo Tesouro Nacional. A MP precisa ser votada até 6 de setembro para que não caduque, e o ocorrido nesta terça-feira apenas adicionou tensão à tramitação da proposta.

'Queremos garantir votação dessa matéria ainda hoje', diz Jucá sobre TLP

23/08/2017 – Fonte: Tribuna PR

Em meio às investidas da oposição para atrapalhar a votação da Medida Provisória (MP) que cria a nova taxa de juros que baliza os empréstimos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), foi contundente nesta terça-feira, 22, ao dizer que a base aliada não será “objeto de manobra regimental”.

“Queremos garantir a votação dessa matéria ainda hoje”, afirmou Jucá. “Querem discutir regimento, vamos discutir regimento. Vamos ganhar pela maioria”, disse, pedindo que os votos fossem dados como lidos.

No centro do debate está o pedido para que o senador José Serra (PSDB-SP) e o deputado Afonso Florence (PT-BA) possam ler seus votos em separado contrários à TLP. A base tentou argumentar que isso só poderia ser feito caso o parecer do relator, deputado Betinho Gomes (PSDB-PE), favorável à proposta do governo, fosse rejeitado após a votação.

Mas o presidente da comissão mista que analisa a medida, senador Lindbergh Farias (PT-RJ), decidiu que vai permitir a leitura dos votos em separado logo no início da discussão, após a fala inicial do relator. “Essa é atribuição do presidente (da comissão), e eu já decidi. Os dois parlamentares vão ler seus votos”, disse o petista, que é contrário à TLP.

O deputado Pauderney Avelino (DEM-AM), um dos mais aguerridos defensores das matérias do governo no Congresso Nacional, disse que vai recorrer da decisão de

Lindbergh, pois ela seria inconstitucional. O democrata chegou a elevar a voz, o que provocou um pedido de "calma" por parte do senador petista.

"Senão os senhores vão acabar infernizando a votação disso aqui", afirmou Lindbergh. Neste momento, Serra lê seu voto em separado.

Sessão da comissão que votará criação da TLP começa com 'kit obstrução'

23/08/2017 – Fonte: Tribuna PR

A reunião da comissão mista que votará a criação da nova taxa de juros que balizará os empréstimos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a chamada Taxa de Longo Prazo (TLP), começou nesta tarde terça-feira, 22, já marcada pela atuação da oposição, que acionou o "kit obstrução" no primeiro minuto da sessão. A senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) pediu a leitura de quatro atas de sessões anteriores e foi prontamente atendida pelo presidente do colegiado, senador Lindbergh Farias (PT-RJ), que é contrário à medida do governo.

"Não só a leitura, é preciso votá-las", afirmou Farias ao concordar com o pedido. O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), tentou protestar e pediu que a oposição "não seguisse essa linha", mas sem sucesso.

O relatório do deputado Betinho Gomes (PSDB-PE) é favorável à proposta do governo – a criação da TLP é uma das medidas mais importantes e sensíveis para a equipe econômica do governo. Diante da perspectiva do governo de aprovar a proposta com folga, a oposição está determinada a dificultar ao máximo essa tarefa.

O governo, por sua vez, escalou um time de peso para representar a equipe econômica na reunião e demonstrar a importância da medida. Acompanham a sessão no local o secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Fabio Kanczuk, o chefe da assessoria especial de Reformas Microeconômicas da Fazenda, João Manoel de Pinho Mello, e o diretor de Assuntos Internacionais do Banco Central, Tiago Berriel.

A reunião começou com 30 minutos de atraso porque a base aliada do governo demorou a conseguir colocar o quórum mínimo de deputados e senadores para o início da sessão. Lindbergh Farias só chegou ao plenário da comissão depois que o número mínimo já havia sido preenchido pelo próprio governo.

O petista chegou a cancelar sessões anteriores, atrasando o cronograma de tramitação da medida, por falta de quórum. Foi acusado pela base de planejar atrapalhar a tramitação, mas respondeu que não era responsável pela "desarticulação" do governo.

Serra diz que proposta da TLP é inconstitucional e eleva temperatura na comissão

23/08/2017 – Fonte: Tribuna PR

A acusação do senador José Serra (PSDB-SP) de que a proposta de criação da nova taxa de juros para balizar os empréstimos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) é "inconstitucional" elevou a temperatura na comissão mista que analisa a Medida Provisória (MP) 777.

A oposição argumentou que a acusação é "grave" e pediu o encerramento da sessão desta terça-feira, 22, convocada para votar o relatório do deputado Betinho Gomes (PSDB-PE). A base aliada do governo reagiu à tentativa de postergar ainda mais a tramitação e partiu em defesa enfática da medida.

O governo tem enfrentado dificuldades para fazer deslanchar a discussão sobre a chamada Taxa de Longo Prazo (TLP) na comissão na sessão de hoje. A equipe

econômica tem pressa para votar a MP, já que ela precisa ser analisada até 6 de setembro nos plenários da Câmara e do Senado, ou vai expirar.

Serra, que é contrário à proposta do governo, disse que a medida desobedece a preceitos legais. "Não há números. Há impacto no Orçamento, na despesa, o Tesouro terá que aumentar sua contribuição para equalização da taxa de juros da agricultura, e isso não está contemplado", afirmou o senador tucano.

Integrantes da base rebateram citando nota técnica do governo que mostra a adequação orçamentária e financeira da medida. A criação da TLP é uma das medidas mais importantes e sensíveis para a equipe econômica devido ao potencial de redução no peso dos subsídios para o Tesouro Nacional.

"A proposta está em perfeita adequação e tem condição de aprovação. Para o setor agrícola, a mudança para a TLP não tem impacto", disse Betinho Gomes.

A acusação de Serra despertou uma situação inusitada, em que integrantes da oposição, inclusive do PT, partiram em defesa do tucano. O mais usual é ver as duas legendas em campos opostos. O deputado Afonso Florence (PT-BA), que também é contra a criação da TLP e vai apresentar voto em separado sobre a medida, disse que a afirmação de Serra é "grave" e de "grande envergadura" e pediu o encerramento da sessão para que os parlamentares possam debater sobre uma alternativa.

O senador Fernando Bezerra (PSB-PE) foi o mais exaltado e, aos gritos, acusou Serra de fazer "firula" para atrapalhar o andamento da matéria. "Isso é abusar da inteligência dos demais", disse. Para o senador pernambucano, o governo do presidente Michel Temer tem crédito por ter reduzido a inflação e a taxa básica de juros, a Selic.

Um bate-boca tomou conta do plenário e, em meio à confusão, deputados da base disseram que a "discussão é surreal". O líder do governo no Congresso, deputado André Moura (PSC-SE), também citou a nota técnica do governo defendendo o respaldo constitucional da proposta.

O relator da TLP só reagiu às acusações da oposição. O presidente da comissão mista, senador Lindbergh Farias (PT-RJ), conduziu os trabalhos beneficiando todos os integrantes da oposição que pedem a palavra. O petista é contrário à medida e já foi acusado de usar sua posição para obstruir os trabalhos do colegiado.

"Sua calma me surpreende. O senhor não é assim", provocou o senador Omar Aziz (PSD-AM), levando Faria aos risos.

Setor de serviços pressiona contra reforma do PIS/Cofins

23/08/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo

Associações empresariais do setor de serviços vão se reunir nesta quarta-feira (23) com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, para pressionar contra uma reforma isolada do PIS/Cofins.

O maior temor das companhias é a migração do regime cumulativo para o não cumulativo —que, na prática, implicaria em uma alta de impostos, diz Amábile Pacios, do Fórum das Entidades de Ensino Superior Particular.

No regime não cumulativo, usado por grandes indústrias, a alíquota é mais alta. A taxa maior, porém, é compensada: a compra de insumos sobre os quais já incidem PIS/Cofins gera créditos, que são descontados do valor total.

Em empresas de prestação serviços, porém, esse abatimento não seria tão benéfico, pois a maior parte dos gastos é com mão de obra, que não gera créditos.

O setor vai defender uma reforma tributária integral, mesmo que ela não seja aprovada ainda neste governo, afirma Luiz Ferrari, diretor do Fehoesp (federação de hospitais e clínicas).

"Com uma mudança ampla, pode haver compensações em outros impostos, e as empresas de serviços não seriam tão afetadas. No caso de hospitais, por exemplo, 50% do gasto é com salários, não temos como abater tanto."

A repercussão negativa do aumento de tributos de combustíveis deverá frear novas altas, diz Roberto Nogueira, consultor da presidência da CNC (câmara do comércio). "Mas, no desespero fiscal, pode passar qualquer coisa."

ENTENDA

Sistemas de recolhimento do PIS/Cofins

Sistema cumulativo

> Alíquota total: 3,65% sobre receita bruta

> Empresas com mão de obra intensiva (educação, saúde, segurança informática, telecom, construção etc) + maioria das empresas de pequeno e médio porte

Sistema não cumulativo

> Alíquota total: 9,25% sobre receita bruta

> O valor sofre descontos: a compra de insumos sobre os quais já incidem PIS/Cofins geram créditos, que são abatidos do total

> Empresas de maior porte, da indústria e do comércio

Qual a proposta?

Empresas de serviços teriam que migrar para o sistema cumulativo, mas não teriam como abater o valor total

*

Petrobras,... Questionado em público nesta quarta, sobre a Petrobras ser a próxima a ser privatizada após a Eletrobras, o presidente Pedro Parente disse que "o tema não está na pauta do governo, nem na minha".

...não Parente tem dito a interlocutores que ainda tem muito a recuperar na empresa —a começar de uma dívida de cerca de US\$ 92 bilhões (R\$ 293 bilhões)— e que uma discussão desse tamanho tiraria o foco e paralisaria a gestão.

*

Produção de embalagens cai 0,9% e indústria revê projeções

A indústria de embalagens reviu suas projeções de crescimento para este ano devido aos resultados abaixo do esperado no primeiro semestre, segundo a Abre (associação de empresas do setor).

A produção nos seis primeiros meses de 2017 caiu 0,9%, em relação ao mesmo período de 2016, de acordo com um estudo da entidade com o Ibre/FGV. Até fevereiro, a previsão era de uma retração de 0,3%.

"A retomada do setor está sendo mais lenta do que imaginávamos. Não há uma constância de demandas por parte da indústria", afirma Luciana Pellegrino, diretora-executiva da Abre.

A projeção, que no início do ano era crescer 0,6%, foi revisada para um resultado estável, com variação negativa de 0,1%. O valor da produção em 2017 está estimado em R\$ 70,4 bilhões.

"O setor está alinhado com fatores macroeconômicos. O recuo das previsões do PIB para este ano impacta o nosso setor", diz a executiva.

"A expectativa agora é uma recuperação mais efetiva no segundo semestre e uma entrada mais forte em 2018."

A estimativa do Ibre é que, no primeiro trimestre do ano que vem, os níveis de crescimento estejam próximos a 2%.

STJ adia retomada de julgamento cobrança de PIS e Cofins sobre receitas

23/08/2017 – Fonte: Tribuna PR

Foi adiada pela Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) a retomada do julgamento de uma ação que trata da possibilidade de a União cobrar o PIS e a Cofins sobre as receitas financeiras. O tema estava na pauta da tarde desta terça-feira, 22, mas foi retirado depois que o ministro relator, Napoleão Nunes Maia Filho, se ausentou no meio da sessão.

A ação, de autoria da Companhia Zaffari Comércio e Indústria, discute se é legal ou não o artigo I do decreto 8.426/15, que autorizou que a administração tributária da União exigisse as contribuições sociais PIS e Cofins sobre as receitas financeiras.

Em 2015, o governo federal aumentou por meio de decreto a alíquota do PIS e da Cofins incidente sobre as receitas financeiras. Segundo a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), essa alteração é responsável por uma arrecadação anual próxima de R\$ 8 bilhões. Este seria o impacto caso a União saia derrotada.

A empresa destaca que a lei que instituiu o PIS e a Cofins previu, no artigo 27º, que o Poder Executivo precisaria de uma lei e não de um decreto.

O julgamento seria retomado com o voto-vista do ministro Benedito Gonçalves, que havia pedido vista na última sessão que abordou o assunto. Além dele, o ministro Sérgio Kukina aguarda para votar.

Antes dele, em sessões anteriores, o relator, ministro Napoleão Nunes Maia Filho, e a ministra Regina Helena Costa já haviam votado contra a cobrança. O ministro Gurgel de Faria votou por considerar válido o aumento das alíquotas, afirmando que não cabe à 1ª Turma do STJ verificar se é constitucional ou não a lei que permitiu ao Executivo alterar a alíquota com um decreto. Portanto, a votação está 2 a 1 a contra a União.

No STJ, a 2ª Turma já analisou o assunto e interpretou que apenas o Supremo Tribunal Federal poderia tomar decisões sobre a disputa, porque seria assunto constitucional. Esta é a primeira vez que a 1ª Turma está analisando o caso.

As receitas financeiras são um dos componentes de base de cálculo do PIS e da Cofins, contribuições sociais.

Em março, o Supremo Tribunal Federal decidiu que é inconstitucional incluir o ICMS na base de cálculo do PIS e da Cofins.

Relator no Congresso exclui Aneel de MP do Refis das Autarquias

23/08/2017 – Fonte: Tribuna PR

O relator da Medida Provisória 780 no Congresso, senador Wilder Morais (PP-GO), abriu mais uma exceção no Programa de Regularização de Débitos não Tributários (PRD) e excluiu a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) do chamado Refis das Autarquias. A medida, editada em maio pelo governo, permite condições especiais para a quitação de dívidas de pessoas físicas e jurídicas com autarquias e fundações públicas federais vencidos até 31 de março deste ano.

O relatório da MP foi lido nesta terça-feira, 22, na comissão e a previsão é de que a votação ocorra na próxima reunião, prevista para quarta-feira, 23. A previsão do governo é arrecadar R\$ 3,4 bilhões neste ano com o programa, que prevê o

parcelamento de débitos não tributários em até 20 anos. Segundo Moraes, mesmo com as mudanças, a previsão está mantida.

A exceção criada para a Aneel foi um pedido da própria agência, que, em audiência no dia 11 de julho, alegou que o parcelamento de débitos proposto poderia implicar aumento nas tarifas de energia pagas pelo consumidor. O relator também deixou clara a possibilidade de empresas em recuperação judicial aderirem ao programa.

O texto enviado pelo governo já excluía do Refis débitos com órgãos ligados ao Ministério da Educação e com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

A MP do Refis das Autarquias faz parte da ofensiva na área econômica do governo para aumentar a arrecadação para alcançar a meta fiscal deste ano. Segundo o relator, os descontos nos débitos propostos na MP só poderão ser aplicados a partir de janeiro de 2018 e a primeira parcela, que pode variar de 20% a 50% da dívida, deve ser paga até o último dia do mês do requerimento.

BC: novo marco legal vem de compromisso assumido pelo Brasil no G-20

23/08/2017 – Fonte: Tribuna PR

O diretor de Relacionamento Institucional do BC, Isaac Sidney, afirmou nesta terça-feira, 22, durante audiência na comissão mista que analisa a Medida Provisória 784, que o novo marco legal trazido pela MP vem de compromisso assumido pelo Brasil no âmbito do G-20 (grupo das 20 maiores economias do mundo).

De acordo com Isaac, a MP vem de recomendação do G-20 e está sendo discutida amplamente desde o ano de 2012. “A urgência da medida decorre da avaliação do Brasil, no âmbito do Financial Sector Assessment Program (FSAP), que ocorreu no mês de julho passado”, afirmou.

Isaac reforçou ainda que a MP 784 aperfeiçoa instrumentos punitivos de natureza administrativa – e não penais, que são da alçada do Ministério Público. “Temos conversado com interlocutores sobre a MP 784, sobre as controvérsias”, disse. “Temos conversado com integrantes da Força Tarefa da Lava Jato, para aperfeiçoar o texto”, afirmou. “Em nada a MP 784 interfere na capacidade de investigação de ilícitos penais. A MP não vai interferir no dever legal do BC e da CVM de comunicação de indícios de crimes.”

O diretor do BC afirmou ainda que o termo de compromisso com o BC – previsto na MP 784 – equivale ao termo de ajustamento de conduta que é firmado no âmbito do Ministério Público. Segundo ele, o termo de compromisso permitirá a solução consensual de irregularidades ligadas a instituições financeiras. “O BC poderá permitir uma solução mais rápida, para imediata cessação da conduta irregular”, disse. “Os efeitos do termo de compromisso não impactam as órbitas do MPF ou da PF”, ressaltou. Isaac comentou ainda que o BC está disposto a avançar no aprimoramento do texto apresentado, para explicitação de pontos controversos.

Sobre o acordo de leniência, Isaac afirmou que ele poderá ser fechado pela instituição financeira quando o BC ainda não reuniu conjunto de elementos probatórios ligados a delitos. “Mas a colaboração de instituições no acordo de leniência precisa ser efetiva”, ponderou.

Isaac ressaltou que, mesmo com o acordo, o BC ainda será obrigado a comunicar indícios de crimes. “O BC está aberto ao diálogo com o Ministério Público para aperfeiçoar a MP 784”, acrescentou. “Nunca haverá sigilo para qualquer acordo de leniência fechado com o BC. A MP dispõe que apenas a proposta de acordo não será publicada, nunca o acordo em si”, disse.

Editada no início de junho, a MP 784 estabelece novo marco punitivo para instituições financeiras e cria ferramentas como o acordo de leniência e o termo de compromisso com o Banco Central. Em um primeiro momento, a MP foi alvo de críticas do Ministério Público Federal (MPF), que via no texto aspectos inconstitucionais e temia a limitação de suas ações. O BC, por sua vez, sempre defendeu que a MP trata de punições de delitos administrativos – e não penais, que são da alçada do Ministério Público.

Esta é a primeira audiência pública da comissão mista da MP 784, que estabelece um novo marco punitivo para instituições financeiras. Foram convidados para a audiência desta terça representantes do Banco Central, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), do Ministério Público Federal (MPF), do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral (CGU) e da Advocacia-Geral da União (AGU). Outras duas audiências públicas estão marcadas para a quarta, 23, e quinta-feira, 24.

S&P: venda da Eletrobras é positiva, mas não afeta nota do Brasil

23/08/2017 – Fonte: Tribuna PR

O diretor-geral de ratings soberanos da S&P Global Ratings, Roberto Sifon Arevalo, avalia que a venda da Eletrobras é um sinal positivo, mas a operação não terá impacto imediato no rating soberano ou mesmo na perspectiva da nota brasileira. Neste momento, também não haverá efeitos na classificação de risco da própria empresa.

A venda de qualquer estatal, se gerar um fluxo de ativos, sempre é positiva, disse ele, mas sempre é preciso colocar em perspectiva. A Eletrobras é pequena perto das contas fiscais brasileiras e ainda precisa de uma série de passos antes de a operação vir a mercado, ressaltou o diretor a jornalistas nesta terça-feira, 22.

A decisão de privatizar Eletrobras não afeta imediatamente o rating da empresa, disse na mesma entrevista a diretora e responsável pela área de infraestrutura da S&P, Julyana Yokota. Segundo ela, regulatoriamente ainda são necessárias algumas medidas para viabilizar a operação. Ela ressaltou que será preciso algum tempo para a privatização de concretizar. “Da forma como isso for caminhar, nós em conjunto com os analistas soberanos vamos avaliar os impactos.”

A analista da S&P resalta que a dívida pública brasileira está na casa dos trilhões, ou seja, a Eletrobras precisaria ser uma empresa muito maior do que é para ter impacto relevante na redução da dívida. Ao mesmo tempo, ela resalta que a estatal reflete o rating soberano, por conta do suporte financeiro do governo no caso de necessidade financeira, como já ocorreu anteriormente.

Sifon Arevalo ressaltou que nos últimos anos tem havido uma série de anúncios importantes no Brasil na área econômica, mas a implementação das medidas propostas pelo governo tem se mostrado difícil. “Queremos ver esse comprometimento transformado em resultados reais”, disse o diretor da S&P. O diagnóstico do que precisa ser feito tem sido correto, mas a execução das medidas não tem ocorrido como previsto.

Sindicato quer greve contra privatização da Eletrobras

23/08/2017 – Fonte: R7

Os sindicatos que representam funcionários da Eletrobras estão programando para o começo de setembro uma greve contra a desestatização da companhia anunciada pelo governo, segundo o diretor do sindicato dos eletricitários do Estado do Rio de Janeiro, Emanuel Mendes.

Ele afirmou que seu sindicato, que reúne mais de 3 mil afiliados, já entrou em contato com outras entidades de trabalhadores de outros Estados e categorias para conseguir a adesão à paralisação.

Além da greve, o sindicato já está contratando um escritório de advocacia para analisar como barrar a desestatização na Justiça.

"Vamos até as últimas consequências para evitar a privatização e vamos atuar em três frentes. Primeiro com a greve de setembro, numa atuação judicial e faremos também uma mobilização política em Brasília para pedir apoio de deputados e senadores contrários a privatização", afirmou o diretor sindical à Reuters.

Ao ser questionado sobre a possibilidade de mobilização dos funcionários nas diversas frentes, o presidente da Eletrobras, Wilson Ferreira Jr, disse à Reuters que o movimento é "legítimo" e não pode impedi-lo.

"Não tenho como evitar isso, mas a decisão de desestatizar é do controlador e desestatizar é importante para dar sustentabilidade à Eletrobrás", disse o executivo.

Venda pode reforçar cofres em R\$ 17 bi

23/08/2017 – Fonte: Tribuna PR

A privatização da Eletrobrás pode render R\$ 17 bilhões para o Tesouro Nacional no próximo ano, segundo cálculos da consultoria Thymos Energia feitos a pedido do 'Estadão/Broadcast'. Essa estimativa leva em conta uma das opções aventadas pelo governo para vender o controle da empresa, que é a estatal levantar recursos na Bolsa de Valores com uma oferta de novas ações e usar o dinheiro para mudar os contratos do setor elétrico, o que geraria um pagamento de bônus à União. O governo ainda não definiu a modelagem de venda da empresa, mas anunciou ontem que a intenção é concluir o processo no primeiro semestre de 2018.

Apesar dessa perspectiva de reforço no caixa, o governo negou que esse seja o principal objetivo da operação. "Trata-se de um movimento muito maior do que apenas a necessidade arrecadatória. Vamos entregar uma nova empresa muito mais ágil após esse processo, com capacidade de enfrentar os desafios em um cenário competitivo com empresas globalizadas", disse o ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho.

A União tem dois caminhos diferentes para deixar o controle da companhia. O primeiro seria uma simples venda da sua participação no capital da empresa, mas os valores recebidos pelo Tesouro nessa operação – meramente financeira – não poderiam ser usados para reduzir o déficit primário (resultado antes do pagamento dos juros da dívida) do governo, estimado em R\$ 159 bilhões. "Nesse caso, os recursos são inscritos como receitas financeiras, e não primárias. Não podem ser usados para o pagamento de despesas correntes", disse o secretário executivo do Ministério da Fazenda, Eduardo Guardia.

Já em outra alternativa – muito mais provável em um contexto de penúria das contas públicas –, a própria Eletrobrás emitiria um grande volume de novas ações na Bolsa, o suficiente para que a participação da União fosse diluída no total. Nesse caso, o total de recursos – que pode superar os R\$ 25 bilhões – ficaria com a própria empresa.

Só que, mesmo sem receber um centavo com a privatização da Eletrobrás, o Tesouro acabaria garantindo um reforço considerável por conta de um processo que corre em paralelo. O governo Michel Temer abriu consulta pública para alterar o marco regulatório do setor elétrico e, dentre as mudanças propostas, quer permitir que 91 usinas hidrelétricas que hoje são forçadas a praticar um preço muito abaixo de mercado possam trocar seus contratos por um regime mais vantajoso.

A Eletrobrás possui 14 dessas usinas – as maiores dentre elas – e poderia deixar de cobrar entre R\$ 50 e R\$ 60 por megawatt-hora (MWh) gerado para passar a cobrar mais de R\$ 150 por MWh. Mas a alteração de regime – chamada de “descotização” – requer o pagamento de um bônus ao governo, que atualmente a empresa não teria como pagar. “O plano permitirá à empresa participar mais ativamente do processo de descotização das hidrelétricas. No momento, a empresa não teria condições financeiras de participar do processo e, com a desestatização, iremos participar”, disse o presidente da Eletrobrás, Wilson Ferreira Júnior.

Ou seja, o dinheiro levantado com a privatização poderia bancar o custo da mudança de regime da empresa, estimado pela consultoria Thymos Energia em R\$ 25 bilhões. Mas nem tudo iria para o governo.

“A proposta que foi para consulta pública prevê que um terço do valor da alteração de contrato fique com a própria geradora, um terço sirva para abater encargos setoriais e o terço restante vá para o Tesouro. Mas o governo já sinalizou que pode tentar ficar com dois terços desse valor, o que daria em torno de R\$ 17 bilhões”, explicou o presidente da Thymos, João Carlos Mello.

Empregados da Eletrobras discutem possível paralisação contra privatização

23/08/2017 – Fonte: Tribuna PR

A Associação dos Empregados da Eletrobras (Aeel) começa a discutir nesta semana uma possível paralisação de funcionários, em protesto ao anúncio de que o governo federal pretende privatizar a estatal do setor elétrico. Além de mobilizar os empregados no Rio, onde se localiza a sede da empresa, o diretor da entidade Emanuel Mendes revela que a Aeel pretende levar o tema para ser debatido no próximo dia 30 em Brasília com os outros representantes do sistema Eletrobras no País.

Mendes conta que o tema privatização já estava no radar da entidade por conta do interesse da companhia em privatizar até 14 usinas hidrelétricas.

Nessa data haverá uma audiência pública no Congresso Nacional da Frente em Defesa do Setor Elétrico para tratar o assunto e a intenção da Aeel é sensibilizar os políticos sobre essas vendas. “O tema já estava no nosso cronograma de luta e com essa notícia de privatização da Eletrobras, temos que debater com uma nova forma de mobilização”, disse.

Entre as opções, explica o sindicalista, está uma paralisação nacional a partir de setembro. Segundo Mendes, a privatização de usinas ou da Eletrobras será prejudicial para a sociedade brasileira, pois resultará em aumento no valor das contas de energia.

Licenciamento ambiental e energia foram debatidos em reunião do Conselho de Meio Ambiente da CNI

23/08/2017 – Fonte: CNI

Reunião dos Conselhos de Meio Ambiente e Sustentabilidade Nordeste e Centro-Norte ocorreu na sede da Federação das Indústrias do Estado do Maranhão, em São Luís

Uma das principais discussões do evento foi sobre o Projeto de Lei nº 3729/2004, que trata do licenciamento ambiental, em trâmite no Congresso Nacional



Matriz energética renovável e licenciamento ambiental foram temas da reunião conjunta dos Conselhos Temáticos de Meio Ambiente e Sustentabilidade Regionais (Coema) Centro-Norte e Nordeste, na quinta-feira (17), em São Luís. O encontro, promovido pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e Federação das Indústrias do Estado do Maranhão (FIEMA), reuniu membros de 19 estados brasileiros e palestrantes de órgãos e empresas nacionais.

O presidente da FIEMA, Edilson Baldez das Neves, falou da importância do conselho para a competitividade industrial das regiões. “O Coema é um fórum que tem o papel de ouvir e acolher a diversidade de visões de diferentes regiões, com realidades diferentes. Nele, ocorre a troca de informações e debates com o intuito de fazer com que a legislação ambiental seja mais dinâmica e contemple aspectos regionais”, disse Baldez.

O superintendente do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) no Maranhão, Pedro Leão Filho, disse que o Coema é importante por levar a discussão da temática ambiental para dentro da CNI e das federações das indústrias de todo o Brasil.

“Nunca antes, o Ministério do Meio Ambiente esteve tão aberto a parcerias com o setor produtivo. Sabemos que o desenvolvimento do Brasil não é viável se não se der de maneira sustentável, e garantir que isso aconteça é uma das principais responsabilidades que temos com a sociedade, diante das atuais e futuras gerações”, disse.

Uma das principais discussões do evento foi sobre o Projeto de Lei nº 3729/2004, que trata do licenciamento ambiental, em trâmite no Congresso Nacional. “A CNI acompanha esse projeto junto com os setores da indústria, com as federações, e acreditamos que o texto traz importantes avanços para a modernização do norma”, explicou o secretário-executivo dos Coemas e gerente-executivo de Meio Ambiente e Sustentabilidade da CNI, Shelley Carneiro.

Para debater o tema, o Coema trouxe ao Maranhão, o secretário de Meio Ambiente do Espírito Santo, Aladim Cerqueira, e o secretário-adjunto de Minas Gerais, Germano Vieira, além do diretor-presidente do Instituto Ambiental do Paraná ([IAP](#)), Luiz Tarcísio Pinto, que participaram do painel apresentando experiências positivas e dificuldades com o licenciamento em seus estados.

Um dos exemplos de sucesso foi o de desburocratização do licenciamento realizado no estado do Espírito Santo, que inclui a parceria entre o setor produtivo e o governo do Estado, inclusive no financiamento de soluções tecnológicas, que conferem velocidade aos processos. “Estamos criando o governo eletrônico, em parceria com a iniciativa privada, em que buscamos fazer uma integração dos processos.

Desde a abertura da empresa até o licenciamento nos municípios e a gestão dos recursos hídricos, tudo será integrado em um sistema só, para o processo funcionar com mais velocidade”, afirmou Cerqueira, que também é vice-presidente executivo da Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente ([Abema](#)). Para o secretário, o sistema eletrônico já reduziu prazos de licenciamento, o que garante ao estado competitividade na atração de investimentos.

ENERGIA – Em relação à energia, a discussão foi sobre o desafio do Brasil de

umentar a participação das fontes renováveis na matriz elétrica do país, a fim de cumprir o Acordo de Paris, que prevê a redução da emissão dos gases do efeito estufa por parte dos países signatários. O tema foi abordado pelo diretor da Consultoria PSR, Rafael Kelman, que fez um estudo para a CNI avaliando os desafios e dificuldades para que o país consiga cumprir o compromisso, levando em consideração as mudanças climáticas, entre outros quesitos.

O superintendente de Estudos Econômicos e Energéticos da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Jeferson Borghetti Soares, empresa que subsidia o Ministério de Minas e Energia na construção da política energética brasileira, apresentou as alternativas para o futuro da matriz energética do país, lembrando que o Brasil tem abundância de fontes renováveis de energia como a hidrelétrica, a biomassa, a eólica e a solar.

Ao lado de Temer, presidente do Instituto AçoBrasil faz críticas ao governo

23/08/2017 – Fonte: Tribuna PR

O presidente do Conselho Diretor do Instituto AçoBrasil, Alexandre de Campos Lyra, afirmou nesta terça-feira, 22, durante discurso cerimônia de abertura do Congresso AçoBrasil 2017, que o presidente Michel Temer está tentando melhorar a economia, mas destacou que ainda há muitos problemas a serem enfrentados e fez algumas críticas a medidas tomadas pelo governo. O presidente Michel Temer está no palco e fará um discurso no evento.

Lyra fez ainda críticas à revisão da meta e disse que é preciso “quebrar o ciclo de que para se diminuir o déficit público se onera o setor privado”. Lyra destacou a necessidade de o governo implementar as reformas, mas afirmou que “o grande desafio precisa ser enfrentado: fazer a atividade industrial a crescer”.

Lyra ainda falou em “concorrência predatória” e citou os países asiáticos. “O que a China produz em 15 dias é o que o Brasil produz em um ano”, afirmou. Temer vai à China na próxima semana para reunião bilateral e participar do encontro dos Brics. O presidente do AçoBrasil classificou como cenário de “guerra internacional”, disse que a saída é investir na exportação, “dado que a recuperação do mercado interno é muito lenta”. Segundo ele, simulações indicam que o Brasil vai recuperar o nível de vendas de 2013 somente em 2028. “Considerando projeções otimistas.”

Distribuidores de aço plano veem estabilidade em preços de usinas após rodada de aumentos

23/08/2017 – Fonte: R7

Os distribuidores de aços planos do Brasil avaliam que os preços do material vendido pelas usinas siderúrgicas do país deverão se manter estáveis nos próximos meses, após uma recente rodada de aumentos de entre 12 e 13 por cento, afirmou nesta terça-feira a associação que representa o setor, Inda.

Após a CSN comunicar distribuidores sobre aumento de 12,75 por cento nos seus preços a partir de 25 de agosto, outras usinas, incluindo Usiminas e ArcelorMittal, fizeram anúncios semelhantes. A Gerdau foi a última do ciclo informando na última sexta-feira aumento de 12,9 por cento para bobinas a quente e chapas grossas para entrada em vigor entre 4 e 9 de setembro, disse o presidente do Inda, Carlos Loureiro, a jornalistas.

Questionado se o Inda espera novos aumentos adiante, Loureiro afirmou que, após a nova rodada de reajustes, o “prêmio” do aço plano ficou positivo em torno de 3 a 4 por cento. A expressão é usada pelo setor siderúrgico para designar como os preços no mercado estão ante os preços internacionais da liga.

"É muito mais provável que possa ceder um pouco do que subir mais nos próximos meses", afirmou Loureiro, citando um contexto de fraqueza da economia interna, em que a entidade ainda trabalha com perspectiva das vendas dos distribuidores encerrarem o ano em queda de cinco por cento.

A perspectiva ainda negativa foi citada por Loureiro apesar das vendas dos distribuidores em julho por dia útil terem sido as mais altas desde outubro de 2016 e dos estoques terem caído pela primeira vez neste ano, encerrando o mês passado em 925,7 mil toneladas.

As vendas dos distribuidores, responsáveis por cerca de 30 por cento das vendas das siderúrgicas brasileiras, em julho tiveram alta de 5,7 por cento sobre igual mês do ano passado, para 265,2 mil toneladas. Na comparação com junho, houve alta de 18,8 por cento. Para agosto, a expectativa é de crescimento de cerca de 5 por cento ante julho.

Segundo Loureiro, "há uma certa recuperação da nossa venda. As vendas para setor automotivo melhoraram um pouco (...) bens de capital e máquinas agrícolas também. É uma recuperação muito tímida e muito em cima da exportação", disse o presidente do Inda. "Definitivamente poderíamos estar melhor se não houvesse todos os problemas (na política)", acrescentou.

Gatilho para taxar etanol importado gera impasse antes de reunião da Camex, diz fonte

23/08/2017 – Fonte: Reuters

O volume de etanol importado que estará sujeito a uma taxa de 20 por cento ainda é motivo de divergências antes de reunião da Secretaria-executiva da Câmara de Comércio Exterior (Camex), que deliberará sobre o assunto na quarta-feira, disse uma fonte do setor com conhecimento da situação.

Enquanto o Ministério da Agricultura, mais ligado à cadeia produtiva, defende que as importações sejam taxadas a partir de 600 milhões de litros em um ano, a Fazenda sugere que o gatilho para a tarifa seja 915 milhões de litros.

"Acho que deve ser aprovado algo entre 600 milhões e 915 milhões de litros. Me parece que o impasse está basicamente na quantidade, mas nunca se sabe o que pode vir", resumiu a fonte, na condição de anonimato.

A taxação de compras externas de etanol passou a ser defendida pelo setor sucroenergético brasileiro no primeiro semestre, após importações 330 por cento maiores na comparação anual, as quais acabaram por derrubar os preços internos do produto.

Depois de idas e vindas, incluindo uma reunião da Camex em julho que terminou sem definição alguma, chegou-se à proposta de liberar a importação de um determinado volume, taxando-se as quantidades excedentes de etanol em 20 por cento.

Anteriormente, o pleito era por uma taxa de 17 por cento sobre qualquer volume importado, o que levantou temores sobre eventuais retaliações dos Estados Unidos, os principais exportadores do produto ao Brasil.

Atualmente, não há incidência de qualquer tarifa sobre a importação do biocombustível.

Setor de distribuição de combustíveis apresenta projeto contra sonegação

23/08/2017 – Fonte: Tribuna PR

O Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e de Lubrificantes (Sindicom), entidade que representa as maiores distribuidoras de combustíveis do País, apresentou nesta tarde de terça-feira, 22, a senadores e deputados, em Brasília, um projeto de lei complementar que busca caracterizar a figura do devedor de tributos contumaz, com mecanismos para diferenciá-lo do devedor eventual, bem como de punição.

O projeto tem como alvos os setores em que os tributos são relevantes na composição de preços e que contam com cadeia de produção ou comercialização que prejudica a eficiência do controle da evasão fiscal, e não apenas o segmento de combustíveis, no qual R\$ 4,8 bilhões são sonegados anualmente, segundo um estudo da Fundação Getúlio Vargas.

Leonardo Gadotti Filho, presidente executivo do Sindicom, diz que o devedor contumaz provoca um desequilíbrio concorrencial e deve ser diferenciado do devedor eventual, que pode estar enfrentando problemas de fluxo de caixa. "A lei não pode considerar todo mundo igual. É preciso fazer uma diferenciação", explica. "Pretendemos envolver a sociedade na discussão, para que dê suporte às decisões no Congresso. Este é um grande problema, que pretendemos expor nas mídias sociais."

O projeto de lei complementar é de autoria da senadora Ana Amélia (PP-RS) e será apreciado no Senado. A justificativa, à qual o Broadcast, serviço de notícias em tempo real do Grupo Estado, teve acesso, cita que há casos em que o valor dos tributos supera a margem de lucro do produto, impossibilitando a competição entre pagadores e sonegadores, e que os meios tradicionais de controle fiscal têm se mostrado insuficientes para combater estruturas empresariais organizadas para sonegar tributos.

"Como resultado das inúmeras práticas para a evitar o pagamento de tributos devidos, que não raramente estão associadas a crimes como contrabando e falsificação, estima-se que, apenas nos setores de cigarros e combustíveis, sujeitos a cargas tributárias elevadas em comparação com outros produtos, cerca de R\$ 8 bilhões sejam sonegados anualmente", diz a justificativa.

O projeto prevê que União, Estados, Distrito Federal e municípios poderão estabelecer critérios para o cumprimento de obrigações tributárias, como manutenção de fiscalização ininterrupta no estabelecimento de sujeito passivo; antecipação ou postergação do fato gerador; concentração da incidência do tributo em determinada fase do ciclo econômico; instalação compulsória de equipamentos de controle de produção, comercialização e estoque; adoção de regime de estimativa; entre outras medidas.

O texto do projeto prevê ainda que a autoridade administrativa poderá alterar a situação do sujeito passivo no cadastro de contribuintes para as modalidades suspensa ou cancelada. O cancelamento se justificaria por razões como evidências de que a companhia tenha sido constituída para a prática de fraude fiscal estruturada e pela produção, comercialização ou estocagem de mercadoria roubada, furtada, falsificada, adulterada ou em desconformidade com os padrões estabelecidos pelo agente regulador e/ou órgão fiscalizador competente.

O Sindicom tem um programa chamado Combustível Legal, que busca combater a inadimplência, a sonegação fiscal, a adulteração do conteúdo e da quantidade dos produtos vendidos ao consumidor. A entidade tem tentado criar jurisprudência que diferencie o devedor contumaz de tributos do eventual e fortalecer os Regimes Especiais de Tributação. Outras medidas buscadas são a concentração da tributação

no elo mais sólido da cadeia, a produção – o que está alinhado com as discussões atuais com o governo sobre PIS/Cofins; e a uniformização das alíquotas de ICMS dos combustíveis entre os Estados.

Metalúrgica Gerdau adquire 80,35% das ações ON da Gerdau em OPA

23/08/2017 – Fonte: R7

A holding Metalúrgica Gerdau adquiriu 80,35 por cento das ações ordinárias da Gerdau, no âmbito de uma oferta pública por meio da permuta por ações preferenciais da siderúrgica.

No leilão, a Metalúrgica Gerdau adquiriu 70.714.542 ações ordinárias da Gerdau, que foram trocadas na proporção de uma para uma por ações preferenciais da mesma companhia.

"Tendo em vista que o número de ações adquiridas pela ofertante no leilão supera o montante mínimo de dois terços das ações em circulação, a liquidação da OPA ocorrerá em 25 de agosto", informaram as companhias em comunicado conjunto.

Com 33,2 mil veículos foram financiados, Paraná é líder no Sul

23/08/2017 – Fonte: Bem Paraná



Ao somar 33.243 unidades financiadas em julho, o Paraná manteve a liderança no volume de financiamentos de veículos novos e usados da região Sul. Já no ranking nacional, o estado ocupa a terceira posição, atrás de São Paulo e Minas Gerais. Os dados consideram automóveis leves, motos e pesados.

O levantamento é da B3, empresa resultante da combinação de atividades da BM&FBOVESPA, uma das maiores bolsas do mundo em valor de mercado, e a Cetip, maior depositária de títulos privados da América Latina. A B3 opera o Sistema Nacional de Gravames (SNG), base integrada de informações que reúne o cadastro das restrições financeiras de veículos dados como garantia em operações de crédito em todo o Brasil. O SNG impede que o processo de financiamento de veículos seja suscetível a fraudes sistêmicas.

A categoria de automóveis leves totalizou 28.272 unidades vendidas a crédito em julho, avanço de 6,8% em relação ao mesmo mês do ano passado. Além disso, foram financiados 3.111 motos.

No acumulado do ano, os financiamentos de veículos somaram 223.125 unidades, entre novas e usadas. O resultado mostrou uma alta de 5,1% na comparação anual. O Sul possui o segundo maior volume de financiamentos de veículos em todo o Brasil.

Em julho, a região acumulou 88.294 vendas de veículos a crédito, aumento de 13% em relação ao mesmo mês de 2016. Deste total, os automóveis leves foram responsáveis por 86% das negociações, somando 76.259 unidades financiadas.

O total de veículos financiados no Brasil em julho somou 420.809 unidades, entre automóveis leves, motocicletas, pesados e outros, aumento de 10% em relação ao

mesmo período de 2016. Desse total, as vendas a crédito de veículos novos atingiram 148.997 unidades, enquanto os usados chegaram a 271.812.

Ford e chinesa Zotye Auto planejam parceria para montar veículo elétrico

23/08/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo



A Ford está planejando criar uma joint venture com a chinesa Anhui Zotye para montar veículos de passeio elétricos na China sob uma nova marca, aproveitando uma expansão para esses veículos no maior mercado automotivo do mundo.

A China, que luta com níveis alarmantes de poluição em importantes cidades, está investindo bilhões em pesquisa e subsídios para veículos elétricos, atraindo muitas novas montadoras para projetos.

[Tesla](#), Daimler e General Motors são algumas que já anunciaram planos de produzir veículos elétricos no país, que quer que esse mercado represente ao menos um quinto das vendas de automóveis até 2025.

A Ford, cujas vendas globais na China caíram 7% neste ano, disse nesta terça-feira (22) que assinou um memorando com a Zotye Auto para lançar uma marca de veículos elétricos. Ambas terão 50% cada da joint venture, afirmou.

O potencial negócio com a Zotye Auto aprofunda o compromisso da Ford com veículos elétricos na China. Em abril, a empresa delineou planos para fornecer em 2025 versões híbridas ou totalmente elétricas dos modelos fabricados no país com sua parceira local de joint venture, Chongqing Changan.

Entretanto, a montadora também disse na época que teria uma abordagem cautelosa ao mercado devido à incerteza sobre o interesse de consumidores e a política do governo.

Autopeças: localizar depende de maior volume

23/08/2017 – Fonte: Automotive Business



A nacionalização de alguns componentes e autopeças por sistemistas e fornecedores continua esbarrando num problema conhecido: sem volume fica inviável. Mas os três participantes do painel O Planejamento do Supply Chain 2018, do Workshop Planejamento Automotivo 2018, realizado por Automotive Business na terça-feira, 22, no Sheraton WTC, em São Paulo, permanecem otimistas com o futuro.

Eles acreditam que com a volta do crescimento da indústria é possível aumentar o conteúdo nacional. E para haver impulso significativo, algumas tarefas importantes

precisam ser colocadas em prática, de maneira sustentável, iniciando pela formação de pessoas e seguindo para a viabilidade de programas que invistam em tecnologia de forma perene.

“Tecnologia ainda é um grande nó em função de volume. Por isso, precisamos de um fundo que dê suporte aos nossos parceiros, de modo a fazer com que nossa indústria seja robusta dentro do segmento”, avaliou George Ferreira, gerente de compras da CNH Industrial.

Para Celso Simomura, vice-presidente de compras, relações públicas, assuntos governamentais e engenharia da Toyota, é possível nacionalizar tudo, mas, mais uma vez, depende de demanda e, por isso, é preciso se preparar. “O compromisso com a tecnologia tem de ser de longo prazo, pois se torna inviável planejar algo sem uma visão mais longa. Se fizermos essa lição necessária, teremos efetividade, já que capacidade o Brasil tem, basta investir.”

Os fornecedores da base da cadeia de autopeças sofreram muito mais do que os sistemistas, cuja “saúde” difere de outros níveis. Entretanto, essa movimentação acabou criando uma seleção natural e, diante dos anos intensos de crise, acabou se mantendo quem estava mais preparado.

“A cadeia ficou muito fragilizada e, mesmo agora, ninguém está preparado para sair correndo. No caso da ZF, os programas de suporte interno têm um peso significativo e, para nós, é a melhor maneira de manter a qualidade”, garantiu Tarcisio Costa, diretor de gestão de materiais da ZF América do Sul.

Na Toyota, de acordo com Simomura, os parceiros são tratados como “família Toyota” e o trabalho em torno deles é bastante intenso. Há um programa anual de fornecedores, no qual as questões de produtividade e qualidade são debatidas intensamente. “Ajudamos todos, mas também nos concentramos muito naqueles com maior dificuldade. Acreditamos que a Rota 2030 possa contribuir bastante, auxiliando na prática naquilo que já desenvolvemos internamente.”

ATENÇÃO A CADA FORNECEDOR

Como no caso da Toyota, além dos investimentos em tecnologia, o empenho de cada empresa para manter seus fornecedores tem sido determinante. Os três palestrantes do painel também concordaram que o Inovar-Auto auxiliou bastante nessa caminhada. Ferreira, da CNH Industrial, afirmou que o programa fortaleceu o segmento com conteúdo local.

“Já estamos com quase 90% do ciclo de investimentos de R\$ 190 milhões finalizado, que beneficiou especialmente os segmentos de caminhões, ônibus e máquinas agrícolas, tudo para incentivar a nacionalização. Localizamos as transmissões manuais e automatizadas, entre outros itens.”

Já na ZF, o R\$ 1,9 bilhão em compras deve crescer para R\$ 2 bilhões em 2018. Entretanto, com 50% de componentes importados, que devem girar em torno de 50% a 52% no ano que vem. “Ainda não conseguimos fazer o fornecedor brasileiro atender mundialmente outras unidades do grupo. Os globais aqui instalados têm condições de atender lá fora, mas os nacionais não, em função, novamente, dos canais de tecnologia”, lamenta Costa.”

Inversamente na Toyota, a perspectiva é chegar ao fim de 2017 com 65% do orçamento de compras gastos com fornecedores instalados no Brasil. E para o próximo ano esse índice deve encostar em 70%.

A explicação para esse crescimento, segundo Celso Simomura, foram os aportes feitos não apenas para nacionalizar conteúdo, mas também em outras áreas da empresa.

“Investimos em nossos laboratórios de motores e de materiais e no centro de design sem depender da matriz, respaldados pelo Inovar-Auto. Foram iniciativas que motivaram a localização de peças e ferramentais. E também seguimos como diretriz o pedido da matriz de nacionalizar o máximo que pudermos. Isso explica nossa preocupação e o cuidado com os fornecedores.”

O crescimento do mercado na Argentina alavancou as compras da CNH Industrial a partir do Brasil, com total de R\$ 5 bilhões em compras, alta moderada sobre 2016. Máquinas agrícolas e de construção, especialmente tratores e colheitadeiras, por conta do aumento da safra de grãos, foram determinantes na elevação dos números.

Venda de veículos vai patinar por 2 a 3 anos

23/08/2017 – Fonte: Automotive Business



A venda de veículos ainda vai atravessar um período de baixos volumes em curto prazo, com alta pouco expressiva no mercado interno. “Não acredito em uma grande recuperação nos próximos dois ou três anos.

Vejo apenas a possibilidade de crescimento de 5% a 10% nesse período”, afirmou o presidente da Anfavea, Antonio Megale, durante o Workshop Planejamento Automotivo 2018, realizado na terça-feira, 22, no Sheraton WTC, em São Paulo. O executivo acredita que somente na próxima década o País voltará ao nível de 2013, quando foram vendidas 3,8 milhões de unidades no Brasil.

Megale, no entanto, comemora o pequeno crescimento em 2017 do mercado de automóveis e comerciais leves: “Com a atualização dos números até ontem (21 de agosto) a alta já estava em 4,3%”, diz. Sendo assim, o mês de agosto incompleto teria resultado em uma melhora de 0,3 ponto porcentual sobre o acumulado até julho, que registrava alta de 4% sobre os mesmos sete meses de 2016.

“Em breve faremos uma revisão de nossa projeção em emplacamentos”, diz o presidente da Anfavea. Outra ajuda importante à indústria nacional tem vindo das exportações: “Este ano provavelmente bateremos o nosso recorde, que foi registrado em 2005 com 724 mil veículos”, projetou Megale.

Ele recorda que parte disso foi possível pela melhora promovida nos carros brasileiros em tecnologia e segurança. “Nossos carros representavam apenas 1,7% do mercado chileno em 2012 e em 2017 essa participação saltou para 11%. O automóvel brasileiro ficou mais competitivo lá, em um país com acesso a modelos de vários países.”

Megale recorda ainda que as exportações para o Uruguai dobraram este ano e que o aumento da participação em países vizinhos vem diminuindo a dependência da Argentina, que já respondeu por 70% dos embarques feitos pelo Brasil.

Brasil e México podem trocar mais, diz Deloitte

23/08/2017 – Fonte: Automotive Business

O mercado do México representa uma grande oportunidade para a indústria brasileira de autopeças. A constatação é de Alberto Torrijos, sócio-líder para o setor automotivo da Deloitte Consulting e palestrante do Workshop Planejamento Automotivo **2018**,

realizado por Automotive Business na terça-feira, 22, no Sheraton WTC, em São Paulo.



O executivo mostrou as principais diferenças do Brasil e do México no setor e também as preferências dos consumidores brasileiros com respeito às novas tecnologias. Torrijos foi categórico ao apontar os fornecedores locais como o maior desafio para a indústria mexicana.

“A capacidade de produção do México é 80% dedicada às exportações”, afirmou. Dos 3,5 milhões de veículos produzidos naquele país no ano passado, 2,8 milhões foram exportados. A Deloitte prevê uma produção de 4 milhões este ano, mantendo a proporção de veículos exportados. Dos 1,6 milhão de carros vendidos no mercado mexicano, 61% são dos segmentos de subcompactos (37%) e compactos (24%).

No Brasil, o panorama é muito diferente. Dos 1,8 milhão de carros produzidos em 2016, somente 400 mil foram exportados. Mesmo com a previsão da Anfavea de superar 700 mil veículos exportados este ano, a participação na produção ainda será pequena. Segundo Torrijos, o México importou 886,8 mil veículos do Mercosul na temporada passada, mas só 10% desses carros tinham o Brasil como origem. Em contrapartida, as exportações do México para o Brasil foram de 46 mil veículos.

CONECTIVIDADE

O líder da Deloitte mostrou uma pesquisa indicando que, na média, os consumidores brasileiros são um pouco mais abertos às novas tecnologias do que os mexicanos. Segundo o estudo, 61% dos brasileiros aceitam a automação básica (o que é um número inferior ao dos Estados Unidos e do Canadá).

Porém, quando se trata de automação avançada, os brasileiros são os mais receptivos (74%) e os canadenses, os mais resistentes (61%). Com relação aos carros semiautônomos e totalmente autônomos, o Brasil também é mais aberto, com 52% e 47%, respectivamente. Porém, essa expectativa é puxada principalmente pelas gerações Y e Z.

Torrijos afirmou que, na prática, os brasileiros dão muito mais importância a equipamentos de segurança pessoal do que a outras. A segurança digital, por exemplo, aparece somente como o quinto item mais importante, enquanto a conectividade vem em sexto. Quanto aos itens que valorizam a ecologia, aparecem somente na oitava e nona posições da lista dos equipamentos mais valorizados.

COMPARTILHAMENTO

Outra tendência do mercado mundial, o compartilhamento de carros, ainda é vista com reservas pelos brasileiros. Mas não todos. Torrijos mostrou que, na média, somente 36% dos consumidores consideram ter um carro compartilhado no futuro. Esse número cai para 24% quando são consideradas as pessoas mais idosas e da geração baby boom, continua baixo na geração X (32%), mas sobe para 43% perante os consumidores das gerações Y e Z.

Em relação aos desafios e oportunidades para os mercados mexicano e brasileiro, o executivo da Deloitte disse que o Brasil está atrás nos acordos setoriais e sugere que

o País busque uma aproximação com o México na área de autopeças. Na visão dele, ambos precisam de infraestrutura e de melhor disponibilidade de mão de obra, mas destaca que os mexicanos vivem uma estabilidade política, enquanto o Brasil passa por uma crise.

Caminhões tomam rumo de crescimento

23/08/2017 – Fonte: Automotive Business



O mercado de veículos comerciais está como um caminhão que sobe a rampa e para no meio dela: a pausa, que já dura cinco anos, parece começar a perder a vez, fazendo o veículo sair do ponto morto para seguir em frente. Traduzindo, as líderes do segmento apostam em tendência de crescimento para os caminhões já a partir deste mês com ligeira melhora para este ano e para 2018. No entanto, a incógnita ainda é sobre a velocidade dessa retomada.

A análise é de dois de seus representantes, Roberto Leoncini, vice-presidente de vendas e marketing da Mercedes-Benz, e Ricardo Alouche, vice-presidente de vendas, marketing e pós-vendas da MAN Latin America, que fizeram seu diagnóstico para o segmento durante o Workshop Planejamento Automotivo 2018, realizado por Automotive Business em 22 de agosto no Sheraton WTC, em São Paulo.

“Agosto é o mês da virada. Não será um aumento expressivo, mas mantidas as condições atuais, o viés é de crescimento”, avalia Alouche.

O executivo mostra em números a razão de seu otimismo: entre janeiro e julho deste ano, embora as vendas de caminhões tenham caído 15% com relação ao ano passado, o volume médio de emplacamentos vem aumentando mês a mês, começando em 154 unidades/dia útil em janeiro e chegando a 295 neste mês, o melhor nível do ano até agora.

Alouche lembra que o setor de veículos comerciais pesados, especialmente o de caminhões, vem enfrentando diferentes cenários de mercado, da estagnação à queda, que ele dividiu em quatro momentos: a estagnação, de 1981 a 1998, quando os volumes anuais oscilaram entre 50 mil e 70 mil unidades; o de crescimento, entre 1999 e 2007, ainda que gradativo; o boom do mercado, entre 2008 e 2011, quando o segmento atingiu recorde de 172 mil unidades em 2011, e finalmente a queda, de 2012 até 2017.

Os dados mostram ainda que nos últimos cinco anos o mercado total de caminhões caiu 70% e o de ônibus, 61%. E no acumulado dos sete meses deste ano as vendas já recuaram 15% e 17%, respectivamente.

“Acredito que em 2017 teremos uma pequena reação e o mesmo ocorrerá em 2018; após as eleições e em 2019 é que teremos um novo patamar de mercado. Estejam preparados para este novo momento.”

Leoncini admite que seu otimismo começou o ano em alta. Mas dadas as condições do mercado, ainda em queda, sua previsão é mais realista: “No início, imaginávamos um mercado 6% a 10% maior em 2017, mas agora essa previsão é de 4% a 6%”, revela. Contudo, ele elenca alguns fatores que vão alavancar o sustento da retomada das vendas neste ano, como leve crescimento do PIB previsto em 0,2% neste ano e 2%

em 2018, a queda da taxa de juros, a estabilidade do câmbio e a inflação dentro da meta, mas especialmente o agronegócio, que impulsiona os segmentos pesado e extrapesado.

“Matematicamente, o segmento de pesados será maior, provando mais uma vez que é o primeiro que se recupera”, indica Leoncini.

Seus números demonstram que este segmento, que foi entre os outros o que mais declinou ao longo dos últimos cinco anos, está aumentando significativamente sua participação no volume total de emplacamentos: para se ter ideia, entre 2001 e 2005, a fatia de pesados era de 25%, evoluindo para 32% em 2016.

“Em 2024 os pesados representarão cerca de 40% no mercado total por causa da logística, do aumento da área plantada, do jeito que ainda se transporta neste País e pela falta de outros modais”, afirma Leoncini. “Evidente que essa tendência permanece em 2018, porque a locomotiva do pesado é agronegócio, que também arrasta o semipesado; e mais que permanecer, acredito que cresce”, completa.

UM OLHO NO AGORA E OUTRO DO FUTURO

O representante da Mercedes-Benz revela que, por causa dessa tendência de alta, a empresa, que se mantém líder do mercado de caminhões, está fazendo todos os seus movimentos voltados para o cliente, mesmo foco da MAN Latin America, que segura a vice-liderança. Em sua apresentação, Alouche alerta que nos próximos dez anos haverá uma transformação muito grande nos caminhões e o cliente está evoluindo com os produtos.

Para ele, o mercado voltará, mas de uma forma diferente, com novas necessidades e as empresas devem estar preparadas para encarar essa nova fase. “O cliente já apresenta uma necessidade incremental, na redução do custo total da operação: é o que levará o cliente a escolher o produto”, indica Alouche.

“A conectividade, a digitalização é uma realidade no nosso segmento e será a parte central desses serviços. E cada vez mais os fornecedores terão o papel de se especializar, ajudando a montadora a reduzir esses custos adicionais. Devemos então trabalhar em conjunto para reduzir o custo na ponta. Sem isso o cliente não terá como pagar e absorver o caminhão.”

Para Leoncini, o País tem potencial para voltar a crescer com medidas nas áreas de infraestrutura e em programas de renovação de frota, que não dependem diretamente da indústria.

O executivo diz que, de olho nisso, a Mercedes-Benz tem feito sua parte com a modernização de produtos e serviços: “Parei de olhar 2011 e confiamos bastante neste crescimento e no peso que o segmento pesado terá diante do mercado total. Para se ter ideia, já temos mais de 5 mil caminhões conectados, dos quais 2 mil contam com diagnose”, conta.

Contudo, ainda há grandes desafios para enfrentar, aponta Alouche, como a briga por preços e outros indicadores que apontam diferentes tendências para o mercado, como o aumento do aluguel e do leasing operacional.

“Ainda há uma cultura do ter a posse do bem, mas quando entenderem que existe valor nisso, assim como o leasing operacional, haverá um incremento significativo e uma tendência irreversível.”

23/08/2017 – Fonte: Automotive Business



Alguns indicadores econômicos convergem para um 2017 um tanto melhor e é possível que a ideia de a economia se descolar da política se materialize. Ainda assim, as estimativas do Sindipeças, entidade que reúne fabricantes de componentes, permanecem conservadoras. “Estamos realmente torcendo para que as projeções da Anfavea, muito mais positivas, sejam mais realistas do que as nossas”, afirmou George Rugitsky, conselheiro do Sindipeças e palestrante do Workshop Planejamento Automotivo 2018, realizado por Automotive Business em 22 de agosto no Sheraton WTC, em São Paulo.

Para Rugitsky, as boas perspectivas para o fechamento deste ano se baseiam num primeiro trimestre muito forte, com queda da inflação (que puxou para baixo também a taxa Selic), e na liberação das contas inativas do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), que alavancou a economia como um todo.

Mas, se tudo caminha bem, qual seria o motivo de tanto conservadorismo por parte da entidade? O conselheiro do Sindipeças é categórico em afirmar que tais eventos não se repetirão conjuntamente. “Temos boas estimativas pela frente, com a tendência de baixa da taxa de juros, com o equilíbrio da inadimplência, mas será preciso acompanhar tudo bem de perto e com muita calma,” afirma Rugitsky.

Motivos não faltam para uma postura cautelosa. Com anos de queda contínua, a indústria de autopeças se seguiu nas exportações em detrimento do mercado interno, mas isso não resolveu a questão da rentabilidade do setor. No período, a base de fornecedores foi esfacelada e os investimentos ficaram muito aquém dos das montadoras. Mas, mesmo não sendo possível acompanhar a movimentação dos produtores de veículos, não houve problemas de abastecimento, segundo Rugitsky, porque a indústria local foi devidamente suprida.

A sofrida experiência também trouxe lições para o Sindipeças: “Agora precisamos investir na competitividade para nos inserirmos na cadeia global e não só na local, como tem sido até então. Após vivenciarmos a mais profunda crise em autopeças, sabemos que temos de construir uma nova base.”

Para 2018, com eleições, com o fim do Inovar-Auto e início da Rota 2030, tudo remete, na opinião do executivo, a um grande ponto de interrogação. A boa notícia para o segmento é que a participação das exportações de veículos de passageiros, caminhões e máquinas agrícolas permanece com indicadores bastante positivos, auxiliando o setor. No acumulado até julho os embarques somavam 439,6 mil unidades, número recorde para o período.

“Neste momento não conseguimos fazer grandes projeções. O novo programa governamental é algo para longo prazo, terá de ser construído e revisitado constantemente porque a indústria automobilística muda em velocidade extraordinária. Então, deve, por obrigação, ser um programa que realmente ajude a indústria como um todo.”

Carro brasileiro ganha mais conteúdo

23/08/2017 – Fonte: Automotive Business



Vitor Klizas, presidente da Jato Dynamics (foto: Luis Prado)

O mundo evoluiu radicalmente nos últimos anos por causa da conectividade e o mercado automobilístico acompanhou esse movimento. E as mudanças não dizem respeito apenas aos sistemas que deixam motoristas e passageiros conectados, mas também aos equipamentos de conforto. Uma demonstração dessa revolução foi dada por Vitor Klizas, presidente da Jato Dynamics, durante o Workshop Planejamento Automotivo 2018, realizado por Automotive Business na terça-feira, 22, no Sheraton WTC, em São Paulo.

A procura por carros com câmbio automático, por exemplo, passou de 8,6% em 2006 para 19,7% em 2011 e explodiu nos últimos anos, chegando a 39,9% em 2017.

O fenômeno também pode ser verificado na exigência de ar-condicionado de série, que passou de 31,8% para 91,1% nos últimos dez anos.

Entre os sistemas de conectividade disponíveis no mercado, a procura por Android Auto é muito maior do que a disponibilidade por versão (proporção de 42% contra 33%). Já o Mirror Link é o oposto, pois está disponível em 15% das versões, mas só é comprado por 3% dos consumidores. O Apple CarPlay é o sistema que apresenta o maior equilíbrio entre oferta e procura (44% dos emplacamentos, ante 48% de disponibilidade nas versões).

Klizas disse que o consumidor brasileiro tornou-se muito mais exigente – e que isso representa uma oportunidade no aftermarket. Hoje, equipamentos como computador de bordo (72,1%), direção assistida (99,6%) e vidros elétricos dianteiros (97,9%) são quase obrigatórios para um carro fazer sucesso. Mas não só isso: a garantia de três anos também deu um salto, passando de 21,8% para 73% em apenas cinco anos, enquanto a garantia de um ano caiu de 68,4% para 11,1% no mesmo período. E os motores turbo ou supercharger já representam 7,8% do mercado. Em 2011 eram 2,2%.

Segundo a Jato Dynamics, os hatches ainda são os carros mais vendidos no Brasil, mas com uma espantosa tendência de queda, ao contrário dos SUVs, que sobem de forma constante. Quanto às marcas, Klizas observou que a Chevrolet tem uma clara tendência de crescimento nas vendas de automóveis de passeio, fácil de observar porque é a líder de mercado, mas também destacou a Ford na mesma linha. No mercado de comerciais leves, só a Fiat mostra crescimento no comparativo de 2016 com 2017.

MOTORES MAIS POTENTES

Vai longe o tempo em que motor 1.0 era sinônimo de carro fraco. Por causa do Inovar Auto houve um investimento forte na melhora desses motores, que já respondem por 14,1% das vendas, um bom crescimento em relação aos 9,8% de 2015.

Mas, segundo a Jato Dynamics, o aumento das vendas de carros com motores de 1.0 a 2.0 é ainda mais expressivo, atingindo 77% em 2017. No ano passado, esse número era de 65,3%.

A potência média nas vendas efetuadas também vem crescendo nessa reta final do Inovar-Auto. Os motores 1.0 passaram de 78,8 para 85,3 cv em apenas dois anos, enquanto os 1.4 foram de 75,5 para 91,6 cv. Já os 2.0 saíram dos 97,6 cv para os atuais 102,8 cv, em média.

Veículos leves só voltam ao pico em 2024

23/08/2017 – Fonte: Automotive Business



A venda de veículos leves na América do Sul só voltará ao pico de 2012/2013 na metade da próxima década, em 2024. A previsão foi feita por Carlos da Silva, gerente de produção da consultoria IHS Markit, durante o Workshop Planejamento Automotivo 2018, realizado por Automotive Business em 22 de agosto no Sheraton WTC, em São Paulo. Francês com nome brasileiro e sotaque português, Silva disse que em 2024 a região passará da casa dos 6 milhões e chegará a cerca de 6,3 milhões no ano seguinte. O pico histórico foi de 5,9 milhões, em 2013.

Para o mercado brasileiro, as previsões da IHS Markit são um pouco menos otimistas. Segundo Carlos da Silva, as vendas de automóveis de passeio e comerciais leves ainda ficarão um pouco abaixo da casa de 3,6 milhões atingida em 2013, mas a tendência de crescimento será constante a partir de 2018. O Brasil responde por mais de metade dos licenciamentos da América do Sul e manterá esse patamar.

Os principais mercados da região também crescerão. Argentina e Chile deverão ter uma curva estável de aumento de vendas, enquanto Colômbia e Peru terão uma recuperação ligeiramente mais forte. Até a Venezuela, que vive gravíssima crise política e econômica, voltará a fazer parte do mapa de vendas da América do Sul, embora com pequena participação.

A IHS Markit prevê inflação contida, redução do nível de desemprego e um crescimento econômico entre 2% e 4% para o Brasil no período de 2018 a 2022. Já o dólar deve reverter a tendência de queda e voltar a subir, passando de R\$ 4 a partir de 2020. O próprio Carlos da Silva, porém, salientou que o cenário econômico ainda é bastante nebuloso. "Não sabemos se o crescimento de vendas de 2017 é o início de uma boa trajetória ou se é uma recuperação pontual", afirmou, apontando o patamar de 2,06 milhões de veículos leves como um número factível para este ano.

"Temos uma visão diferente porque poucos anos atrás todos viam um mercado de 4 milhões de veículos leves para o futuro", observou. Porém, ele acredita que muitos consumidores que deixaram de trocar de carro em 2015 e 2016 voltarão a comprar em 2019. "Vemos um mercado mais estável para o futuro próximo", diz Silva.

Apesar do cenário mais estável, na visão da IHS Markit haverá uma leve queda na produção da indústria automobilística brasileira no período de 2017 a 2024. Isso porque as exportações, que devem bater recorde em 2017, deverão se estabilizar. Carlos da Silva explica:

"Não vemos o crescimento de 2017 como um indicativo de que haverá a mesma alta dos próximos anos. Haverá estabilidade e leve queda". Por causa disso, somente em 2023 a indústria alcançará a marca de 80% de utilização da capacidade instalada, subindo para 82% em 2025.

MERCADO DE VEÍCULOS PESADOS

Se Carlos da Silva vê um peso importante nas exportações de veículos leves, seu xará Carlos Reis, presidente da Carcon Automotive, enxerga o contrário na indústria de veículos pesados. “O mercado interno é muito mais relevante para os caminhões do que suas exportações”, disse Reis no painel seguinte do workshop.

“É assim no mundo inteiro.” Por causa disso, a Carcon Automotive não vê grandes perspectivas para a indústria de caminhões e ônibus em curto prazo. Suas previsões são de que em 2017 a produção passará de 29% para 35% da capacidade instalada, número parecido com o de dois anos atrás (34%). Para se ter ideia, em 2011 a indústria chegou perto de utilizar 90% de sua capacidade instalada.

Numa comparação entre os primeiros sete meses deste ano com o mesmo período do ano passado, Carlos Reis disse que o Nordeste tem sido a região mais relevante para determinar a queda de venda de caminhões e ônibus no País (14,1%). Afinal, a região caiu 20,8% e representa 14,4% do mercado interno. A maior queda foi verificada no Norte (31,5%), mas a região representa apenas 5,1% do total. O maior mercado continua sendo o Sudeste (44%) e caiu 15,5%.

Numa análise mais detalhada das vendas de caminhões, Reis disse que os mercados de cada Estado vêm reagindo de forma diferenciada. Segundo os estudos da Carcon Automotive, o mercado de Mato Grosso melhorou por causa do bom desempenho da safra de grãos e o de Santa Catarina reage pelo crescimento da produção de carnes e do comércio varejista. Já as unidades da federação em baixa são Pernambuco, Piauí (queda nas vendas do comércio varejista), Distrito Federal (queda no setor de serviços) e Paraná (produção industrial caindo e preços do milho em baixa).

“Está havendo um armazenamento do milho e não comercialização, pois a saca que custava R\$ 35 em 2016 caiu para R\$ 17 este ano”, observou Reis.

Apesar disso, sua previsão é de que o emplacamento diário de caminhões chegue a 272 unidades em dezembro deste ano. Uma recuperação em relação aos 134 emplacamentos diários registrados em janeiro. Em 2015 essa média chegou a 375 em dezembro; em 2016 atingiu 297 unidades/dia.

Rota 2030 também terá metas de curto prazo

23/08/2017 – Fonte: Automotive Business



Embora seja uma política industrial de longo prazo, a Rota 2030, que em 2018 substituirá o programa Inovar-Auto, vai estabelecer objetivos a ser cumpridos em curto prazo também: “Deve haver a fixação de metas de eficiência energética para os próximos cinco anos”, afirmou o presidente da Anfavea, Antonio Megale, na abertura do Workshop Planejamento Automotivo 2018, realizado por Automotive Business na terça-feira, 22, no Sheraton WTC, em São Paulo.

“O novo programa já vem sendo trabalhado há algum tempo e é importante que também traga uma grande simplificação tributária”, disse o executivo. Para a consolidação do novo programa, que será publicado até o fim do ano, Megale destaca pontos como a necessidade de reforma trabalhista (já votada e aprovada pelo

Congresso Nacional), da recuperação da base de fornecedores e da produção local de novas tecnologias: “Esta é, inclusive, uma oportunidade de investimento para a cadeia de autopeças.”

Megale recorda que a competitividade brasileira passará não só pelo aumento de eficiência energética, mas por investimentos em pesquisa e desenvolvimento na área de engenharia, em segurança e no aumento da conectividade dos automóveis.

Em sua apresentação, Megale colocou a Rota 2030 como continuidade do Inovar-Auto e destacou a importância desse programa desde sua implantação: “Em 2012, quando ele foi criado, o Brasil tinha 57 unidades produtivas e hoje elas são 66. O Inovar trouxe um investimento de R\$ 15 bilhões em pesquisa e desenvolvimento. Isso resultou na adoção de motores de três cilindros, turbocompressores, injeção direta de combustível, aumento do uso de blocos de alumínio e em avanços com o etanol”, disse.

Para os importados ele acredita no fim dos 30 pontos percentuais extras (ainda cobrados de veículos que excedam a cota máxima de 4,8 mil unidades estabelecida pelo Inovar-Auto).

Megale se disse favorável aos importados pelo referencial tecnológico que esses veículos trazem, mas ele mesmo recordou em sua apresentação que em dezembro de 2011 (meses antes da apresentação do Inovar-Auto), os importados representavam 27% das vendas internas. Com as restrições impostas pelo programa essa participação está agora 11%.